



Com precatórios, déficit primário sobe para R\$ 58,4 bi em fevereiro

Conselho aprova uso do FGTS Futuro para compra da casa própria

Página 3

Governo propõe vagas de ensino técnico para reduzir dívida de estados

Página 4

Prévia da inflação oficial perde força em março e fica em 0,36%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), conhecido como prévia da inflação oficial, perdeu força no mês de março e ficou em 0,36%. Isso representa menos da metade do apurado em fevereiro (0,78%). Os preços de alimentos e a gasolina foram os que mais pressionaram o índice. O dado foi divulgado na terça-feira (26) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado fica abaixo também de março de 2023, quando somou 0,69%. Em 12 meses, o IPCA-15 acumula 4,14%, abaixo dos 4,49% observados nos 12 meses imediatamente anteriores.

Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados pelo IBGE, cinco registraram alta em março, com destaque para alimentação e bebidas, que subiu 0,91%. Isso representou impacto de 0,19 ponto percentual, ou seja, praticamente metade da prévia inflacionária de março.

Dentro desse grupo, a alimentação no domicílio subiu 1,04% em março. Contribuíram para as altas a cebola (16,64%), o ovo de galinha (6,24%), as frutas (5,81%) e o leite longa vida (3,66%). Outros itens apresentaram queda, como a batata inglesa (-9,87%), cenoura (-6,10%) e o óleo de soja (-3,19%).

A alimentação fora do domicílio acelerou 0,59% em relação a fevereiro (0,48%), em virtude da alta mais intensa da refeição (de 0,35% em fevereiro para 0,76% em março).

O grupo transportes teve aceleração de 0,43%, influenciado principalmente pelo aumento de 2,39% no preço da gasolina. Sendo o produto com maior peso na cesta de consumo dos brasileiros, a gasolina acabou representando também o maior impacto individual na prévia inflacionária de março, respondendo por 0,12 ponto percentual do índice.

Em relação a outros combustíveis, houve alta no preço do etanol (4,27%), enquanto o gás veicular (-2,07%) e o óleo diesel (-0,15%) registraram queda.

O item que mais colaborou individualmente para segurar a inflação foram as passagens aéreas, que recuaram 9,08% em março.

Os outros grupos com alta foram habitação (0,19%), saúde e cuidados pessoais (0,61%) e educação (0,14%). Na outra ponta, apresentaram quedas artigos de residência (-0,58%), vestuário (-0,22%), despesas pessoais (-0,07%) e comunicação (0,04%).

O levantamento de preços do IBGE é feito em 11 localidades: regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além de Brasília e do município de Goiânia. Dessas, a maior elevação ficou em Belém, com quase o dobro da média nacional, 0,74%. Segundo o IBGE, os fatores que mais pressionaram o bolso dos parenses foram a gasolina (1,96%) e o açaí, que subiu 18,87%. (Agência Brasil)

País inicia estratégia para ampliar oferta de terapias gênicas no SUS



Foto: Tomaz Stival/ABF

Página 4

Desenvolve Mulher: linha de crédito incentiva empresas a inovar e modernizar produção

Página 2

Atlas dos Sistemas Alimentares aponta crise em países do Cone Sul

Página 3

Esporte

Retorno do FIA WEC - Uma Fusão de Velocidade, Cultura e Sustentabilidade

A Praça das Artes – um complexo cultural no centro de São Paulo, Brasil – sediou uma coletiva de imprensa especial do Campeonato Mundial de Endurance da FIA na segunda-feira, 25 de março, antes das tão esperadas Rolex 6 Horas de São Paulo (14 de julho).

O evento, que pronuncia o grandioso retorno à pista de Interlagos após uma década de espera, reuniu mais de 200 espectadores, entre eles, o Prefeito Ricardo Nunes, os pilotos Augusto Farfus (Team WRT) e Nicolas Costa (United Autosports).



Foto: Rodrigo Ruiz

Rolex 6 Horas de São Paulo

Osasco São Cristóvão Saúde recebe o Pinheiros na abertura do playoff da Superliga



Foto: @kssport / @central_fotografia

Butler tem a maior eficiência ofensiva da temporada

Osasco São Cristóvão Saúde abre sua participação nos playoffs da Superliga Bet7K nesta quarta-feira (27), diante

de sua torcida. Camila Brait, Butler, Giovana, Lorene, Tiffany e cia. recebem o Pinheiros, a partir das 21h, no ginásio José Liberatti

Página 16

Barueri sedia Prova Ranking Paulista de Ciclismo no dia 31

A programação da Federação Paulista de Ciclismo segue em ritmo acelerado. A próxima atração será a prova Ranking Paulista de Estrada, em comemoração aos 75 anos da cidade de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo, programada para o dia 31 de março. A disputa será válida pela ranking estadual Classe CEE para todas as categorias, e acontecerá no circuito montado na Avenida Exército Brasileiro, no Jardim Silveira.

A competição será aberta a

todos ciclistas de 31 categorias de idades, com inscrição gratuita. As inscrições serão realizadas somente online, pelo link <https://seapp.link/75barueri>, até o dia 29 de março. O ciclista poderá se inscrever em apenas uma categoria. A competição ainda terá a categoria Ciclismo para Todos, reservada exclusivamente a moradores de Barueri. Estes deverão levar comprovante de residência em seu nome no dia da retirada de kit. Página 16

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis atrai grande número de participantes



Foto: Fábio Falconi

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis

A quinta edição do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis promete ser, mais uma vez, um sucesso. A etapa, marcada para dia 14 de abril, na Praia dos Ingleses, tem tudo para se tornar uma atração da temporada. Com cerca de 1900 inscritos, o evento já superou o número de inscritos de todas as edições realizadas, confirmando sua condição de ser uma das provas mais procuradas pelos atletas. A expectativa é de receber um grande número de pessoas no IRONMAN Village, montado do Oceania Park Hotel, incluindo atletas, familiares, amigos e fãs do esporte ao longo do fim de semana.

Quem confirma isso é a Opatatur, agência de turismo oficial da competição. "É, sem dúvida, um dos eventos do IRONMAN 70.3 mais procurados, senão o mais procurado. Página 16

São Paulo registra menor número de roubos para fevereiro

Mais de um milhão de alunos vão aprender a lidar com o dinheiro

Com a mudança da matriz curricular, a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) incluiu aulas de educação financeira no currículo das três séries do Ensino Médio e dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. A proposta pretende ampliar o aprendizado de matemática e permitir a construção de uma relação saudável com o dinheiro.

Mais de um milhão de estudantes têm acesso semanal às aulas, com material didático construído pela Coordenadoria Pedagógica da Educação de SP. O professor Rafael José Dombrasukas Polonio, técnico da equipe curricular de matemática, conta como as aulas foram pensadas: "O currículo permite que os jovens compreendam

o valor do dinheiro, desenvolvam hábitos saudáveis de consumo e poupança, e construam uma base sólida para o futuro. Na vida adulta, essa base se traduz em maior segurança e autonomia para lidar com diferentes situações financeiras".

As escolas que já trabalhavam o assunto com seus estudantes nas atividades complementares do Programa de Ensino Integral (PEI) têm tido resultados positivos das aulas de educação financeira. É o caso da Escola Estadual Pio X, em São José do Rio Preto, no interior do estado. Pais e estudantes foram incentivados a engajarem nas atividades e, hoje, os alunos têm até uma moeda virtual interna, a Pio Coins, e um sistema de recompensas com base no desempenho escolar.

Em fevereiro, o estado de São Paulo registrou o menor número de roubos em geral da série histórica para o mês. Segundo as estatísticas criminais divulgadas na segunda-feira (25) pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo, foram registradas 16.455 ocorrências de roubos em fevereiro deste ano, redução de 10,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Segundo a SSP, esta foi a 11ª queda consecutiva desse

indicador no estado.

Também foram registradas quedas nos homicídios dolosos [com intenção de matar], que passaram de 222 ocorrências no ano passado para 216 neste ano, e no total de estupros, que passaram de 1.110 casos para 995 registros. Nos últimos sete meses, esta foi a primeira vez que caiu o número de estupros no estado.

Segundo a secretaria, os índices de estupros caíram na capital paulista, na região metropo-

litana e no interior do estado. Na capital, por exemplo, eles passaram de 263 para 220 casos, queda de 16,3%. Já na Grande São Paulo a queda foi de 20,2%, com 170 ocorrências.

Para a SSP, a queda nesse indicador representa um "importante avanço", apesar de haver ainda muita subnotificação. "O papel do estado é fortalecer a confiança das vítimas nos órgãos públicos para encorajar que denunciem os

agressores, por isso, há uma rede de apoio extensa para acolher as vítimas e investigar os suspeitos", disse o órgão.

Por outro lado, as estatísticas demonstraram aumento no número de latrocínios [roubo seguido de morte] e de furtos no estado.

Os furtos em geral cresceram 2,4% no período, somando 45.042 casos. Os latrocínios, por sua vez, passaram de 11 ocorrências no ano passado para 16 em fevereiro deste ano. (Agência Brasil)

Desenvolve Mulher: linha de crédito incentiva empresas a inovar e modernizar produção

Para promover o desenvolvimento dos negócios liderados por mulheres, a Desenvolve SP oferece condições especiais até o dia 31 de março. Pedidos de financiamentos de até R\$ 200 mil reais pelas linhas de crédito Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável terão taxa zero de juros + Selic. Micro, pequenas e médias empresas podem ter acesso ao financiamento.

Dados recentes da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) apontam que o Estado de São Paulo, em números absolutos, tem a maior quantidade de empreendedoras no país. São 2,1 milhões de empresárias. Entre 2019 e 2022, houve um aumento de 25% no total de mulheres que lideram seus próprios negócios. A cada quatro empreendedoras, uma está em

uma das cidades paulistas.

Criadas em 2023 no Dia Internacional da Mulher, as linhas de crédito Desenvolve Mulher e Desenvolve Mulher Sustentável completaram um ano de existência, com taxas e prazos diferenciados e promovem a geração de emprego, renda e desenvolvimento.

Do telemarketing ao próprio negócio

A empresária Stefany Augusto Alencar Pereira, de 30 anos, viu uma janela de oportunidade e buscou a agência de fomento para concretizar seu projeto.

Moradora do Grajaú, na zona sul de São Paulo, ela trabalhava como operadora de telemarketing até 2021. Inquieta e procurando melhores condições financeiras,

decidiu economizar R\$ 700 de seu salário para comprar itens e vender pela internet.

Optou por comercializar telas de alumínio usadas em janelas, portas e portões. As vendas foram melhores do que ela esperava. Em 2023, passeando por lojas do comércio, viu as placas nas fachadas e se questionou como eram feitas. Descobriu na internet quais eram as máquinas usadas.

Como o dinheiro que ganhava com as vendas não era suficiente para adquirir os equipamentos, ela decidiu buscar crédito na Desenvolve SP. O recurso liberado pela agência impulsionou a empresa. A empreendedora adquiriu novas máquinas, entre as quais uma que faz impressão UV (alta precisão), outra de corte e uma ter-

ceira usada para corte manual em madeira.

"Recomendo a Desenvolve SP a todos os empreendedores que buscam impulsionar seus negócios. Destaco a taxa de juros e a concessão de um ano de carência para o início dos pagamentos fixos. Estou subindo um degrau alto e importante na minha vida. Eu sempre falo que se tiver alguma amiga que pensa em empreender, vale a pena correr atrás. Corri para entregar toda a documentação e consequi", afirmou a empresária.

E não para por aí. O plano de Stefany é o de imprimir adesivos, lonas, placas de outdoor, e portas de grandes dimensões usadas em casas de alto padrão. Ela também quer produzir logotipos para empresas e vender a produção de forma presencial.

Estado tem mais de 15 mil vagas de emprego abertas

O estado de São Paulo tem atualmente 15.386 vagas de emprego disponíveis pelos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.

São 6.670 vagas na capital paulista e na Grande São Paulo. Já no interior, há 8.135 postos disponíveis, e no litoral, 581.

Além da região metropolitana

de São Paulo, destacam-se as regiões administrativas de Campinas, com 3.470 oportunidades de emprego; e a de Sorocaba, com 1.266.

Elas são seguidas pelas regiões do Vale do Paraíba, que tem 693 vagas disponíveis; pela de Araraquara, com 596; Araçatuba, com 515 oportunidades abertas.

Ao todo, são 500 profissões

com vagas disponíveis. As ocupações com o maior número de postos abertos são as de Auxiliar de Logística, Operador de Telemarketing Receptivo, Faxineiro, e Atendente de Lanchonete.

Os números de vagas de emprego são atualizados diariamente pela Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Além das vagas, os PATs

também oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego e a emissão da Carteira de Trabalho.

Para mais informações, você pode acessar o Portal do Governo de São Paulo, procurar o Posto de Atendimento ao Trabalhador mais próximo de você ou a prefeitura do seu município.

Chocolates ricos em cacau fazem bem à saúde e melhoram emocional

Optar por ovos de Páscoa de chocolate rico em cacau pode fazer bem à saúde e melhorar o estado emocional, de acordo com especialistas do Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE). Os benefícios estão majoritariamente na fruta que possui grande quantidade de minerais e polifenóis, substância com efeito anti-inflamatório e antioxidante.

O chocolate rico em cacau é conhecido como "chocolate acima de 70%" e "chocolate amargo". A guloseima possui minerais como cobre, magnésio e potássio, associados à boa saúde do coração. Os ovos de Páscoa fei-

tos com esse produto também contam com ferro, elemento que ajuda a evitar a anemia.

Ainda sobre as propriedades positivas do chocolate rico em cacau, o The Journal of Nutritional Biochemistry publicou em 2022 a pesquisa que identificou a influência positiva dos produtos acima de 85% de cacau na composição da microbiota intestinal. Durante o estudo também foi constatada a melhora do estado emocional dos participantes do projeto.

A médica especializada em Nutrologia no HSPE, Renata Cristina Taveira Azevedo, acrescen-

ta que o chocolate amargo possui menos açúcares e, por isso, também influencia na redução dos riscos de diabetes tipo 2. "É importante se atentar aos rótulos dos produtos, quanto mais puro e menos aditivos, melhor para a saúde", explica a especialista.

Chocolate branco: gostoso, mas ruim para a saúde

O chocolate branco é feito com manteiga de cacau e contém grande quantidade de ácidos graxos, monoinsaturados e saturados. As substâncias estão do lado oposto das guloseimas ri-

cas em cacau e oferecem risco ao sistema cardiovascular, além de aumentar os índices de colesterol ruim.

Chocolate diet: feito com pouco açúcar, mas com muita gordura

Os ovos de Páscoa diet, ou seja, feitos com chocolate com pouca quantidade de açúcar, são mais gordurosos e mais calóricos em comparação aos chocolates convencionais e aos ricos em cacau. Por isso, devem ser evitados pelos não diabéticos ou por aqueles que buscam a redução de peso.

Governo abre inscrições para Curso de Libras "Teens"

A Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPeD) abre nesta quarta-feira (27), às 10h, as inscrições para o Curso de Libras "Teens", com aulas online e gratuitas para crianças e adolescentes de 10 a 17 anos. A nova turma dispõe de 40 vagas e as inscrições poderão ser feitas por meio do site www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br.

O curso do Governo de SP tem como objetivo principal ensinar a Língua Brasileira de Sinais (Libras) a crianças e adolescentes sem deficiência auditiva para que estas estejam habilitadas a se comunicar com as 592 mil pessoas com deficiência

auditiva que vivem no estado de São Paulo, de acordo com dados disponibilizados no Observatório dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da SEDPeD. Contudo, pessoas com deficiência, seja auditiva ou outras, também podem se inscrever.

"Investir no aprendizado da Libras para crianças e adolescentes é construir pontes sólidas de comunicação e entendimento. O curso não apenas amplia os horizontes educacionais, mas também fortalece a confiança e as habilidades sociais, preparando os nossos jovens para um futuro mais inclusivo", destaca o secretário de Estado dos Direitos da Pessoa com Defici-

ência, Marcos da Costa.

As aulas começam dia 28 de março e terminam em 30 de abril, sempre das 19h às 21h – via plataforma Zoom. O conteúdo programático é adaptado para a faixa etária e contempla os seguintes temas: alfabeto manual, cumprimentos, condições climáticas, expressões faciais, sentimentos, números, animais, cores, materiais escolares, calendário, família, localidades, meios de transporte e verbos.

O curso conta com a parceria do Centro de Tecnologia e Inovação (CTI) e tem o total de 40 horas, divididas em 30 horas ao vivo pela plataforma Zoom e 10 horas de atividades extras. É

necessário o uso de câmera durante as aulas. Para obter o certificado de participação, é preciso ter frequência mínima de 75% das aulas ao vivo, e atingir média final 5,0 ou superior.

"O curso Teens tem como objetivo promover a comunicação de uma forma eficaz entre pessoas surdas em diversos contextos sociais. Ao introduzir precocemente este ensino as crianças ouvintes à Libras, estamos construindo um caminho mais acessível para inclusão e criando ambientes educacionais verdadeiramente mais acolhedor para esta sociedade", explica o coordenador dos cursos de Libras da SEDPeD, Edilson de Andrade.

CESAR NETO
www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Vereador Isac Félix tem agora 2 colegas também cristãos protestantes no PL. Rute Costa (ex-PSDB) e Sonaira (ex-Republicanos), Secretária de Políticas (Mulher) do governo Tarcísio, cotada pra ser vice na chapa por reeleição de Nunes (MDB)

PREFEITURA (São Paulo)
Reajuste de menos de 3% nos salários do funcionalismo público paulistano tá sendo muito criticado pelos sindicatos de quase todas as categorias. Servidores se queixam dos ganhos diferenciados dos colegas da Câmara municipal e do TCM ...

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Ex-deputada Janaina, mais votada da história do Brasil (2 milhões de votos em 2018), não eleita senadora em 2022, vai tentar eleger-se vereadora. Em 2020, a deputada federal Joice (1 milhão de votos em 2018) tentou mas não rolou voto

GOVERNO (São Paulo)
Esposa do Tarcísio (Republicanos), a 1ª dama Cristiane representou o marido e governador Estado na homenagem - cidadã paulistana - do vereador Rinaldi Digilio (União) pra ex-1ª dama Michelle Bolsonaro - antontem no Theatro Municipal

CONGRESSO (Brasil)
Deputado Marcos Pereira (Republicanos), bispo - licenciado - na igreja Universal e 1º vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara Federal, segue em campanha pela presidência (2025 e 2026). Ele foi vice-presidente da Rede Record (televisão)

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Missões impossíveis : ex-presidente Bolsonaro (PL) tentar provar que passou 2 dias na Embaixada da Hungria em visita a um amigo e o presidente Lula (dono do PT) tentar fazer com que o Macron diga que a França tá com ele em prol do Mercosul

PARTIDOS (Brasil)
Até que muitos vereadores(as), prefeitos(as), deputados na ALESP e deputados (pelo Estado de São Paulo) na Câmara Federal filiados ao União (PSL + DEM) vão se livrando de serem acusados das barbaridades cometidas pelos Brazão e pelo Bivar

JUSTIÇAS (Brasil)
48 horas dadas - pelo todo poderoso Alexandre Moraes (Supremo) - pro ex-presidente Bolsonaro (PL) justificar a 'hospedagem' na embaixada da Hungria tá sendo visto como uma colher de chá pra que uma possível prisão preventiva não role agora

ANO 32
O jornalista Cesar Neto assina esta coluna de política na imprensa (Brasil) desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara [São Paulo] e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia [Estado de São Paulo], como referência das liberdades possíveis

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC
Matriz: Rua Carlos Comenale, 263 3º andar CEP: 01332-030
Filiat: Curitiba / PR
Jornalista Responsável Angelo Augusto D.A. Oliveira Mtb. 69016/SP
A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião
E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br
Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária Exemplar do dia: R\$ 3,50 Impressão: Grafica Pana

Com precatórios, déficit primário sobe para R\$ 58,4 bi em fevereiro

A antecipação de R\$ 30,1 bilhões em precatórios para este ano fez o déficit primário bater recorde para meses de fevereiro. No mês passado, o Governo Central – Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social – registrou resultado negativo de R\$ 58,444 bilhões, o maior déficit desde o início da série histórica, em 1997.

Em relação a fevereiro do ano passado, o déficit subiu 37,7% além da inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O resultado veio pior do que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Economia, os analistas de mercado esperavam resultado negativo de R\$ 31 bilhões em fevereiro.

Nos dois primeiros meses do ano, o Governo Central registra superávit primário de R\$ 20,941 bilhões, valor 46,9% menor que

o obtido no mesmo período do ano passado, descontado o IPCA. As contas do governo ainda registram superávit em 2024 por causa do resultado positivo recorde de R\$ 79,337 bilhões em janeiro.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para cima ou para baixo, para o Governo Central.

Na última sexta-feira (22), o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas projetou déficit primário de R\$ 9,3 bilhões para o Governo Central, o equivalente a um resultado negativo de 0,1% do PIB. Com a arrecadação recorde de fevereiro, o governo blo-

queou apenas R\$ 2,9 bilhões e manteve a estimativa de arrecadar R\$ 168 bilhões em receitas extras em 2024 para cumprir a meta fiscal.

Receitas

Na comparação com fevereiro do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas aumentaram em volume maior por causa da antecipação de precatórios e de gastos com o Bolsa Família e dos gastos com a Previdência Social. No último mês, as receitas líquidas subiram 28,9% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 23,4%. No mesmo período, as despesas totais subiram 33,2% em valores nominais e 27,4% após descontar a inflação.

Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve alta de 18,8% em fevereiro na

comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação. Os principais destaques foram o aumento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), decorrente da recomposição de tributos sobre os combustíveis e da recuperação da economia, e o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado.

As receitas não administradas pela Receita Federal subiram 61,8% acima da inflação na mesma comparação. As maiores altas foram provocadas pela transferência de depósitos judiciais da Caixa para o Tesouro no total de R\$ 4,35 bilhões e o pagamento de dividendos de R\$ 3,5 bilhões do Banco do Brasil e da Petrobras ao Tesouro Nacional. Essas altas compensaram a queda de R\$ 567,1 milhões nos royalties, decorrente da queda do petróleo no

mercado internacional.

Despesas

Quanto aos gastos, o principal fator de alta foi a antecipação de R\$ 30,1 bilhões de precatórios, dívidas judiciais com sentenças definitivas, ocorrida em fevereiro. Na ocasião, o Ministério do Planejamento informou que o pagamento antecipado resulta em economia com juros e permite zerar o passivo aberto com a emenda constitucional de 2021, que permitiu o parcelamento dos débitos acima de 60 salários mínimos. No fim do ano passado, o governo havia antecipado R\$ 93,1 bilhões em precatórios atrasados.

Turbinados pelo novo Bolsa Família, os gastos com despesas obrigatórias com controle de fluxo (que engloba os programas sociais) subiram R\$ 2,12 bilhões acima da inflação em fevereiro na comparação com o mesmo mês do ano passado. Também subiram gastos com a Previdência

Social (+R\$ 3,68 bilhões) e gastos discricionários (não obrigatórios) com a saúde (+R\$ 2,7 bilhões).

Os gastos com o funcionalismo federal subiram R\$ 2 bilhões (+3,6%), descontada a inflação nos dois primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado. A alta foi puxada pelo reajuste de 9% concedido aos servidores federais no ano passado.

Quanto aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o total nos dois primeiros meses do ano foi de R\$ 5,79 bilhões. O valor representa alta de 44,3% acima do IPCA em relação ao mesmo período de 2023. Nos últimos meses, essa despesa tem alternado momentos de crescimento e de queda descontada a inflação. O Tesouro atribui a volatilidade ao ritmo variável no fluxo de obras públicas. (Agência Brasil)

Conselho aprova uso do FGTS Futuro para compra da casa própria

O trabalhador com carteira assinada que recebe até dois salários mínimos poderá, em breve, usar depósitos futuros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para adquirir a casa própria. O Conselho Curador do FGTS aprovou na terça-feira (26) a regulamentação do FGTS Futuro para a Faixa I do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Para entrar em vigor, a Caixa Econômica Federal, agente operador do FGTS, precisa aprovar uma série de normas operacionais. As diretrizes explicarão como o banco transferirá os depósitos de 8% do salário ao agente financiador do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), assim que a contribuição do patrão ao fundo cair na conta do trabalhador. Somente 90 dias após a edição das normas, as operações com o FGTS Futuro serão iniciadas.

A expectativa do governo é beneficiar até 43,1 mil famílias da

Faixa I do MCMV na fase de testes. Caso a modalidade seja bem-sucedida, o governo pretende estender o FGTS Futuro para todo o Minha Casa, Minha Vida, que contempla famílias com renda de até R\$ 8 mil.

Cada contrato de financiamento definirá o período pelo qual os depósitos futuros serão utilizados. Caberá à instituição financeira avaliar a capacidade de pagamento do mutuário e propor um “financiamento acessório” com o FGTS Futuro, caso a caso.

Instituído pela Lei 14.438/2022, no governo anterior, o FGTS Futuro nunca foi regulamentado. Na época, a legislação permitia o uso dos depósitos futuros no fundo para pagar parte da prestação.

No ano passado, a Lei 14.620, que criou o Minha Casa, Minha Vida, autorizou o uso do FGTS Futuro também para amor-

tizar o saldo devedor ou liquidar o contrato antecipadamente. No entanto, seja para diminuir a prestação ou nas outras situações, a utilização do mecanismo tem riscos, caso o trabalhador seja demitido e não consiga outro emprego com carteira assinada.

Todos os meses, o empregador deposita, no FGTS, 8% do salário do trabalhador com carteira assinada. Por meio do FGTS Futuro, o trabalhador usaria esse adicional de 8% para comprovar a renda. Com o Fundo de Garantia considerado dentro da renda mensal, o mutuário poderá financiar um imóvel mais caro ou comprar o imóvel inicialmente planejado e acelerar a amortização do financiamento.

Na prática, a Caixa Econômica Federal, agente operador do FGTS, repassará automaticamente os depósitos futuros do empregador no Fundo de Garan-

tia para o banco que concedeu o financiamento habitacional. O trabalhador continuará a arcar com o valor restante da prestação.

Na votação, o Conselho Curador definiu o que acontecerá com o trabalhador que perder o emprego. A Caixa Econômica Federal suspenderá as prestações por até seis meses, com o valor não pago sendo incorporado ao saldo devedor. Essa ajuda já é aplicada aos financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS.

Mesmo que as prestações sejam suspensas, o trabalhador deverá estar ciente de que, caso perca o emprego, terá de arcar com o valor integral da prestação: o valor que pagava antes mais os 8% do salário anterior depositados pelo antigo empregador. Caso não consiga arcar mais com as prestações por mais de seis meses, o mutuário per-

derá o imóvel.

O Ministério das Cidades forneceu quatro simulações de uso do FGTS Futuro por uma família com renda de até R\$ 2.640 que compra um imóvel no Minha Casa, Minha Vida que comprometa 25% da renda (R\$ 660) com as prestações. Com o FGTS Futuro, a mesma família poderá financiar um imóvel com prestação de R\$ 792, como se comprometesse 30% da renda. A diferença, de R\$ 132, constitui o chamado financiamento acessório.

Nesse cenário, a família que utilizar o FGTS Futuro terá quatro possibilidades. Na primeira, o mutuário usará os R\$ 132 extras para quitar as prestações do financiamento acessório. Caso alguém da família consiga um emprego que eleve temporariamente a renda, os depósitos futuros que entrarem a mais vão amortizar o saldo devedor.

Na segunda possibilidade, a

renda familiar não muda ao longo do financiamento, e os R\$ 132 de depósitos futuros serão usados para pagar o financiamento acessório. Na terceira, a renda familiar cai temporariamente para menos de dois salários mínimos, e o mutuário passa a ter menos de R\$ 132 depositados mensalmente no Fundo de Garantia. Nesse caso, o valor depositado no FGTS continuará a pagar a prestação do financiamento acessório, e a diferença para os R\$ 132 será incorporada à dívida da total da caução.

Na quarta possibilidade, que envolve a demissão do trabalhador e ausência de depósito mensal no FGTS, os R\$ 132 de prestação serão incorporados mensalmente ao saldo devedor por até seis meses, o que significa a suspensão das parcelas. Depois desse período, haverá a cobrança da prestação integral do mutuário de R\$ 792. (Agência Brasil)

Atlas dos Sistemas Alimentares aponta crise em países do Cone Sul

Para refletir sobre como a fome é um desafio cada vez mais presente, a Fundação Rosa Luxemburgo e a Editora Expressão Popular estão lançando o Atlas dos Sistemas Alimentares do Cone Sul, um trabalho que não apenas descreve, mas também analisa as raízes e ramificações dessa realidade.

Em junho de 2022, quando a primeira edição do Atlas foi lançada, a pandemia de covid-19 ainda era uma preocupação global. Desde então, o número de pessoas que passam fome aumentou em 150 milhões, diz o mais recente Relatório do Estado da Segurança Alimentar no Mundo. Isso corresponde a um contingente de pessoas famintas equivalente ao dobro de habitantes

do Reino Unido.

O Atlas traz, em sua primeira parte, um contexto a respeito das crises desencadeadas por um modelo econômico que tem se mostrado ineficiente em alimentar adequadamente a população da Argentina, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, regiões abundantes em recursos naturais. Os cinco países apresentam índices de desenvolvimento humano (IDH) altos e detêm 8,3% da área agrícola do planeta, com 3,5% da população mundial. Na segunda parte, o estudo discute por que o modelo do agronegócio não pode ser a única forma de produzir e distribuir alimentos.

“Detrás das múltiplas causas que provocam o crescimento da

fome no mundo, está um sistema alimentar e um modo de produção que não priorizam alimentos saudáveis em quantidade e qualidade suficiente para alimentar a população. A crise climática e o crescimento do militarismo aprofundam essa situação. O modelo impõe para os mais pobres a fome ou o consumo massivo de alimentos ultraprocessados, provocando uma série de impactos sociais e na saúde humana”, disse Jorge Pereira Filho, um dos organizadores da publicação.

Enquanto o Cone Sul é uma região produtora excedente de alimentos agrícolas e de origem animal, milhões de pessoas enfrentam diariamente a escassez alimentar. A grande questão está

na prioridade dos grandes produtores pecuaristas. A maior parte de toda a produção é enviada para mercados estrangeiros.

Apesar do aumento significativo das exportações no setor primário ao longo das últimas décadas no Cone Sul, esse crescimento não foi traduzido em empregos no campo. Pelo contrário, foi observado um êxodo gradual das áreas rurais para as periferias urbanas, resultando em aumento populacional nessas regiões.

A tendência não é exclusiva do Brasil, afetando também países como a Argentina, onde a participação dos produtos industrializados nas exportações caiu de 35% em 1989 para 15%. No Brasil, a participação diminuiu de

59%, em 1993, para 27% atualmente. Essa mudança resulta em impactos abrangentes, incluindo a degradação ambiental, o uso excessivo de agrotóxicos, a expulsão de comunidades tradicionais para liberar terras e o crescimento desordenado das áreas urbanas.

Nesse contexto, a insegurança alimentar surge como mais uma manifestação das desigualdades sociais, onde os Estados falham em garantir o acesso à alimentação como um direito fundamental, priorizando políticas que favorecem a exploração desenfreada dos recursos naturais, conhecida como neoeextrativismo.

Diante de tal cenário, o Atlas dos Sistemas Alimentares do

Cone Sul apresenta possíveis soluções para mudar a realidade. A pesquisa aponta a necessidade da união de forças sociais, tanto do campo quanto das áreas urbanas, em prol da defesa dos territórios, da construção da soberania alimentar e da busca por um país mais justo e democrático.

O estudo ainda revela a necessidade da construção de um novo modelo para o campo e sua relação com as cidades, garantindo a agricultura familiar, camponesa e indígena, e que esses grupos tenham acesso irrestrito aos recursos comuns, como terra, água e sementes. Sem isso, a soberania alimentar permanecerá inalcançável, conclui a publicação. (Agência Brasil)

Petrobras pagou R\$ 240,2 bilhões em tributos e royalties em 2023

A Petrobras anunciou na terça-feira (26) que pagou, ao longo de 2023, R\$ 240,2 bilhões em tributos e participações governamentais relacionadas à exploração e produção de petróleo.

A companhia figura como a maior contribuinte do país, apesar de o somatório ser menor que o do ano anterior, 2022, quando pagou R\$ 279 bilhões. A redução está em linha com o comportamento do lucro da estatal, que teve uma queda de 33,8% entre 2023 e 2022.

Do total pago em 2023, R\$ 178,8 bilhões são tributos, sendo R\$ 87,4 bilhões em recolhimentos federais; R\$ 90,2 bilhões, estaduais; e R\$ 1,2 bilhão, municipais.

Os tributos federais são impostos sobre o lucro (IRPJ e CSLL) e sobre o faturamento (PIS e Cofins). Além disso, em fevereiro do ano passado o governo editou a Medida Provisória 1.163/2023, instituindo a alíquota de 9,2% de imposto sobre a exportação de petróleo cru, em caráter temporário, cuja vigência foi encerrada em junho. No ano de 2023 foram pagos R\$ 1,4 bilhão de imposto de exportação de petróleo.

Os tributos estaduais são relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Já os municipais, principalmente o Imposto sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre a Propriedade Pre-

dial e Territorial Urbana (IPTU).

O município que mais recebeu transferências da Petrobras é Macaé, no norte do Rio de Janeiro, com R\$ 253,7 milhões, valor quase o triplo do segundo lugar, Cubatão (SP). A Bacia de Campos, no litoral fluminense, faz parte da área de abrangência de Macaé.

Na lista das dez cidades principais, três são do Rio de Janeiro (Macaé, a capital e Duque de Caxias) e três de São Paulo (Cubatão, a capital e São Sebastião).

Outros R\$ 61,4 bilhões transferidos para o estado são as chamadas participações governamentais, o que inclui, principalmente, royalties pela exploração de pe-

trolo e a participação especial (PE) – uma compensação financeira extraordinária devida pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural para campos de grande volume de produção. Cerca de 60% desses pagamentos são de royalties; e 40%, de PE.

Os valores dos recolhimentos de royalties e participação especial estão diretamente relacionados aos preços do petróleo e gás natural no mercado internacional, cotados em dólar.

De acordo com a companhia, esse conjunto de valores transferidos para governos “são fundamentais para financiar políticas

públicas, impactando positivamente a sociedade como um todo”.

A empresa explica que o total repassado para governos incluem tributos retidos de terceiros, “uma vez que a companhia possui o dever legal de recolhimento por toda a cadeia, na figura de responsável ou substituta tributária”.

A técnica da substituição tributária é amplamente difundida no Sistema Tributário Nacional e busca promover uma concentração da arrecadação em poucos agentes econômicos para facilitar o recolhimento e a fiscalização dos tributos.

O relatório fiscal de 2023 da estatal aponta ainda que foram

pagos US\$ 452,74 milhões em tributos no exterior. Isso equivale a cerca de R\$ 2,2 bilhões. A maior transferência é na Holanda, com US\$ 368,92 milhões. Em 2023, a companhia mantinha 41 empresas constituídas no exterior (28 controladas, duas coligadas e 11 operações ou empreendimentos controlados em conjunto).

A Petrobras ressalta que, em janeiro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a Política Tributária que, prevê, entre outros, o compromisso de não possuir participações societárias em jurisdições reconhecidas como de tributação favorecida, os chamados paraísos fiscais. (Agência Brasil)



País inicia estratégia para ampliar oferta de terapias gênicas no SUS

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) assinou, na terça-feira (26), acordos para iniciar sua Estratégia para Terapias Avançadas, que visa baratear e, assim, ampliar a oferta de terapias gênicas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto é financiado pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

As terapias gênicas envolvem a manipulação de genes para combater doenças como câncer, doenças autoimunes, aids e síndromes genéticas. Há vários tratamentos atualmente em uso, das quais 15 têm autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para utilização no Brasil. Há outras centenas sendo estudadas em todo o mundo.

O grande problema dessas terapias é o custo. Uma terapia

para a distrofia muscular de Duchenne, por exemplo, um distúrbio progressivo e irreversível dos músculos, pode chegar a custar R\$ 15 milhões, valor semelhante ao da terapia contra a hemofilia A.

De acordo com a Fiocruz, estima-se que, nos próximos cinco anos serão gastos entre R\$ 4 bilhões e R\$ 14,5 bilhões por ano nesses tratamentos, caso seja pago o valor cobrado pelas farmacêuticas.

A oferta desses tratamentos em unidades privadas de saúde está fora do alcance para pessoas que não têm esse dinheiro. Já a oferta gratuita pelo SUS é muito cara para os cofres públicos.

A ideia é que a Fiocruz, por meio de seu Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-manguinhos), seja capaz de desenvolver e oferecer te-

rapias gênicas a um custo de cerca de 10% do que é gasto hoje com o mesmo tratamento.

O desenvolvimento inicial desses tratamentos contará com o apoio da organização sem fins lucrativos norte-americana Caring Cross, que fará transferência de tecnologia ao instituto brasileiro.

“A orientação é que essas terapias desenvolvidas pela estratégia da Fiocruz, sejam incorporadas ao SUS”, afirmou a ministra da Saúde, Nísia Trindade. “Essa não é apenas uma terapia importantíssima e inovadora. Há uma redução, em dez vezes, do custo dos tratamentos hoje disponíveis. O que significa multiplicar por dez o acesso a essa terapia.”

O primeiro projeto a ser desenvolvido pela Estratégia para Terapias Avançadas envolve a reprogramação de células de

defesa do organismo para combater alguns cânceres hematológicos, como linfomas e leucemias agudas. Será uma parceria da Fiocruz com o Instituto Nacional de Câncer (Inca), que já desenvolve pesquisas nessa área.

“É um processo de reeducação da célula. A gente coleta as células do paciente e, em laboratório, a gente vai fazer uma modificação genética nelas, colocando um gene que leva à expressão de uma proteína que vai fazer essa célula passar a reconhecer essas células tumorais”, explicou o pesquisador do Inca Martin Bonamico. “E, depois de todo o controle de qualidade, essa célula é devolvida, como se fosse uma transfusão, para o paciente.”

A terapia chamada de CAR-T consiste em inserir, em linfó-

citos T (células de defesa) dos pacientes, lentivírus que carregam um gene específico para combater o tumor. Com o novo gene, o linfócito torna-se mais eficaz em encontrar o câncer no corpo e reconhecê-lo como algo a ser eliminado, enviando substâncias que vão causar a morte da célula cancerosa.

Para esse tratamento específico, cujo custo está em torno de R\$ 2 milhões, existe a possibilidade de que o valor caia para R\$ 200 mil. Além do desenvolvimento da terapia CAR-T, propriamente dita, haverá a produção dos lentivírus.

Os testes clínicos para validação da terapia da Fiocruz e do Inca deverão ser realizados a partir do fim deste ano, nos Estados Unidos e no Brasil.

Com a terapia validada, a ideia é que sejam instalados la-

boratórios em módulos de contêineres, que poderão ser instalados em hospitais de vários lugares do Brasil, possibilitando a descentralização da realização desses tratamentos.

“Nós aqui em Bio-Manguinhos, vamos aproveitar o conhecimento que a gente adquiriu durante a pandemia de covid-19 para fazer a produção do lentivírus, que é o vetor viral. E também haverá módulos onde será realizado o processo de CAR-T. E esses módulos serão certificados pela Anvisa e por Bio-Manguinhos”, explicou o diretor de Bio-Manguinhos, Mauricio Zuma.

Segundo a ministra Nísia Trindade, o barateamento das terapias gênicas beneficiará não apenas o Brasil, mas também poderá ajudar outros países da América Latina e da África. (Agência Brasil)

Gov. propõe vagas de ensino técnico para reduzir dívida de estados

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou, na terça-feira (26), o Programa Juros por Educação, um pacto para reduzir os juros da dívida dos estados com a União. Em contrapartida, os estados devem aumentar as vagas para alunos no ensino médio técnico em suas redes de educação.

A proposta foi detalhada em reunião do ministro Haddad com governadores de entes devedores, como Tarcísio de Freitas (São Paulo), Cláudio Castro (Rio de Janeiro), Eduardo Leite (Rio Grande do Sul) e Romeu Zema (Minas Gerais). Este foi o quinto encontro com autoridades estaduais para tratar sobre a questão da dívida.

O saldo devedor acumulado dos estados atinge a cifra de R\$ 740 bilhões. Desse montante, os quatro estados – São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais – devem R\$ 660 bilhões, equivalente a 90% do estoque da dívida.

“Com essa proposta, o governo federal busca criar um pacto nacional em prol da formação profissional dos jovens no ensino médio, o que além de melhorar a empregabilidade e renda desses jovens, ajudará a construir um país com crescimento econômico estruturalmente maior e com estados com finanças

públicas saneadas”, explicou o Ministério da Fazenda, em comunicado.

De acordo com a pasta, 7,7 milhões de alunos estão matriculados no ensino médio (85% de responsabilidade dos estados, mas apenas 1,1 milhão estão integradas à formação profissional e somente 20% são de tempo integral. O Ensino para Jovens e Adultos (EJA) médio com formação técnica possui apenas 40 mil matrículas no Brasil.

“O programa Juros pela Educação tem potencial de mudar essa realidade e em poucos anos dar um salto no ensino técnico e se igualar a nações desenvolvidas”, explicou.

A meta do programa é chegar na média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que tem 37% de matrícula de jovens de 15 a 19 anos em ensino médio vinculado à educação profissional. Para atingir a meta, o objetivo é matricular mais de 1,6 milhão de jovens nessa modalidade, o dobro do atual.

“Se todos os estados que possuem dívidas com a União aderirem ao programa é possível atingir a média da União Europeia, hoje na casa de 50%”, informou o Ministério da Fazenda.

Os estados que aderirem ao

pacto terão uma redução temporária, de 2025 a 2030, das taxas de juros aplicadas aos contratos de refinanciamento de dívidas. A meta é ter mais de 3 milhões de alunos matriculados no ensino médio técnico até 2030. Os entes federados que atingirem as suas metas de expansão de matrículas em até seis anos terão redução permanente na taxa de juros.

O Programa Juros por Educação estará aberto para todos os estados da federação. Aqueles que não possuem dívida com a União ou dívidas de menor valor terão acesso prioritário a linhas de financiamentos e outras ações de apoio a expansão da educação técnica.

O estado que aderir ao programa poderá optar por diferentes taxas de juros, com contrapartidas distintas. A uma taxa de juros real de 3% ao ano, o estado precisa aplicar ao menos 50% da economia proporcionada pela redução dos juros na criação e ampliação de matrículas no ensino médio técnico. Ao aderir a faixa que dá juros reais a 2,5% ao ano, o ente federado precisa aplicar ao menos 75% da economia na ampliação de matrículas. Já a faixa com os juros mais baixos (2% ao ano) os estados precisam investir 100% do que foi economizado com juros na educação técnica.

De forma adicional, indepen-

dentemente da adesão ao Juros por Educação, os entes federados poderão, ainda, reduzir a taxa de juros em 0,5%, desde que realizem amortização extraordinária de 10% do saldo devedor, ou ter 1%, de redução desde que realizem amortização extraordinária de 20% do saldo devedor.

Essas amortizações poderão ser realizadas em ativos, incluindo participações em empresas públicas e sociedades de economia mista. Com as amortizações extraordinárias, a taxa de juros real dos contratos poderá chegar a 1% ao ano.

O endividamento dos esta-

dos com a União é devido a empréstimos diretos feitos pelo governo federal a esses entes ou nas situações em que os estados contratam crédito no mercado financeiro, tendo a União como garantidora. Em fevereiro de 2024, por exemplo, o Tesouro Nacional pagou R\$ 1,22 bilhão em dívidas atrasadas de estados, de acordo com o mais recente Relatório de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito.

Nesse caso, o Tesouro cobre a dívida vencida mas cobra as contragarantias, como a retenção de repasses da União para o ente devedor - como receitas dos fun-

dos de participação e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além de multa, juros e custos operacionais.

Em declaração recente, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que é obrigação do governo federal “sentar e tentar encontrar uma solução” para a questão.

Na semana passada, Lula recebeu o governador Cláudio Castro no Palácio do Planalto, que informou a intenção do estado do Rio de Janeiro de ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para rediscutir a dívida. (Agência Brasil)

Bolsonaro já esteve três vezes com primeiro-ministro da Hungria

O ex-presidente Jair Bolsonaro já esteve reunido oficialmente pelo menos três vezes com o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, a quem considerou como “praticamente um irmão”. No mês passado, Bolsonaro permaneceu dois dias na Embaixada da Hungria, em Brasília após ter tido seu passaporte apreendido pela Polícia Federal, noticiado pelo jornal norte-americano New York Times.

Ao explicar a estadia na embaixada, a defesa do ex-presidente disse que o motivo era “para manter contatos com autoridades do país amigo”. Como é do conhecimento público, o ex-mandatário do país mantém um bom relacionamento com o premier húngaro, com quem se encontrou recentemente na posse do presidente Javier Milei, em Buenos Aires. “Nos dias em que esteve hospedado na embaixada magiar, a convite, o ex-presidente brasileiro conversou com inúmeras autoridades do país amigo atualizando os cenários políticos das duas nações”, diz a nota da defesa de Bolsonaro.

O primeiro-ministro da Hungria está no posto desde 2010 e presidente do Fidesz, partido de extrema-direita. Ele é alvo de críticas na comunidade internacional, principalmente pela política anti-imigratória implementada no país.

Na terça-feira (26), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu prazo de 48 horas para que Bolsonaro esclareça sua permanência na embaixada da Hungria. A Polícia Federal informou que irá apurar as circunstâncias da hospedagem do ex-presidente na embaixada.

Antes de tomar posse, ainda em 2018, Bolsonaro conversou por telefone com Orbán para conversar sobre o resultado das eleições no Brasil e a possibilidade de firmar possíveis parcerias entre Brasil e Hungria. Na ocasião, Bolsonaro disse que a Hungria “sofreu muito com o comunismo no passado”. “A Hungria é um país que sofreu muito com o comunismo no passado, tem um povo que sabe o que é ditadura. O povo brasileiro não sabe o que é ditadura aqui ainda. Não sabe o que é sofrer nas mãos dessas pessoas.”

Orbán foi um dos dez chefes de Estado e de governo que participaram da posse de Bolsonaro, em janeiro de 2019.

Em fevereiro de 2022, Bolsonaro fez uma visita oficial à Hungria, onde se reuniu com Viktor Orbán e participou da assinatura de memorandos de entendimento entre os dois países nas áreas de defesa, cooperação humanitária e gestão de recursos hídricos e saneamen-

to de águas.

Na declaração à imprensa, o então presidente Jair Bolsonaro ressaltou que considera a Hungria um país irmão e destacou a boa relação com Orbán. “Essa passagem por aqui é rápida, mas deixará um grande legado para os nossos povos. Acredito na Hungria, acredito no prezado Orbán, que eu trato praticamente como um irmão, dada as afinidades que nós temos na defesa dos nossos povos e na integração dos mesmos”, concluiu.

Antes de deixar o país, Bolsonaro e a comitiva brasileira participaram de um almoço oferecido por Viktor Orbán.

Durante as eleições de 2022, Orbán gravou um vídeo dirigindo-se ao povo brasileiro para pedir a reeleição de Bolsonaro. “Estamos falando de um presidente que, apesar de toda a esquerda atual e o globalismo, foi corajoso o suficiente para colocar o Brasil em primeiro e Deus acima de tudo”, disse Orbán, no vídeo que foi reproduzido nas redes sociais de Bolsonaro.

O brasileiro agradeceu o apoio do primeiro-ministro. “Meu muito obrigado ao Primeiro-Ministro da Hungria Viktor Orbán pelo reconhecimento do trabalho que temos feito para recuperar nossa economia, controlar a inflação, gerar empregos, combater o crime e defender nossos valores”, disse Bolsonaro.

Em dezembro do ano passado, Bolsonaro e Orbán voltaram a se encontrar durante a posse do presidente da Argentina, Javier Milei. Na ocasião, Orbán publicou em suas redes sociais uma foto com Bolsonaro. “Estamos em Buenos Aires para celebrar a grande vitória do presidente Javier Milei. Tive o prazer de encontrar com meu grande amigo, o presidente Jair Bolsonaro. A direita está crescendo não apenas na Europa, mas por todo o mundo”, escreveu Orbán.

Em resposta, Bolsonaro escreveu: “O prazer é meu, primeiro-ministro. Sempre é bom ver você e é incrível ler essas palavras”. (Agência Brasil)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS. EXPEDIENTE DOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE IZALINA PEREIRA ARRUDA, RECLAMANTE E VIX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., RECLAMADA. Nº 1010694-84.2023.8.26.0008. A. JUIZ DE DIREITO DA 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional Vila Talhada, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, no âmbito da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 21/03/2024, foi decretada a INTERDIÇÃO DE IZALINA PEREIRA ARRUDA, CPF nº 31.122.969-03, declarando-a relativamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil de natureza comercial e patrimonial e nomeada como CURADOR, em caráter DEFERITIVO, a Sra. Elisabete Cristina da Silva Siqueira. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da Lei. NÃO HÁ MENSAL e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 dias do mês de março de 2024. 191

Companhia Copale de Administração, Comércio e Indústria

CNPJ/MF nº 61.146.502/0001-10 – Aviso aos Acionistas
Acham-se à disposição dos Srs. Acionistas, na sede social da Companhia, os documentos referentes ao Artigo 133, da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 26 de março de 2024. A Diretoria. (27, 28 e 29/03/2024)

Virgo Companhia de Securitização - CNPJ nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

Edital de Alteração da Segunda Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão da Virgo Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Neomille S.A. Por esse edital, vem alterar a data da realização da Assembleia divulgada no edital de convocação publicado nos dias 08, 11 e 12 de março de 2024 nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e “O Dia”, que seria realizada em 28 de março de 2024, às 14:00hs, de forma que ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 32ª (trigésima segunda) Emissão da Virgo Companhia de Securitização (nova denominação da ISEC Securitizadora S.A.), (“CRA”, “Títulares dos CRA”, “Emissão”, “Emissora”, “Respectivamente”) e a VIX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA. (nova denominação da Simpliflix Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.), na qualidade de agente fiduciário dos CRA (“Agente Fiduciário”) a participar da assembleia geral de Titulares dos CRA, que será realizada em 21 de março de 2024, em nova data, qual seja, no dia 25 de abril de 2024, às 14:00hs, de forma exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio de conferência online através da plataforma “Microsoft Teams”, administrada pela Emissora (“Asssembleia”), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”) e do “Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 32ª (Trigésima Segunda) Emissão, em Série Única, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ISEC Securitizadora S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Neomille S.A.”, assinado em 19 de março de 2021 (“Devedora”) e “Termo de Securitização”, respectivamente), para deliberar sobre: (i) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão entre a Dívida Bancária Líquida e EBITDA, previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) do “Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações da Espécie Quirogáfica, com Garantia Fiduciária Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da Neomille S.A.”, assinado em 11 de fevereiro de 2021 (“Escritura de Emissão”) e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (ii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (iii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (iv) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (v) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (vi) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (vii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (viii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (ix) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (x) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xi) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xiii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xiv) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xv) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xvi) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xvii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xviii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xix) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xx) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxi) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxiii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxiv) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxv) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxvi) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxvii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxviii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxix) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxx) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxxi) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2024, sem que seja configurado Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Debêntures e, por consequência, de Resgate Antecipado dos CRA, mediante pagamento de prêmio (waiver fee) constante da Proposta da Administração (material de apoio) disponível nesta data nos sites mencionados abaixo); (xxxii) a concessão de anuidade prévia para a não observância, pela Fiadora, do Índice Financeiro da razão EBITDA e Despesa Financeira Líquida previsto na Cláusula 6.2.7.2, alínea (x) da Escritura de Emissão e na Cláusula 10.1.2, alínea (x) do Termo de Securitização, exclusivamente, referentes ao exercício social a ser



CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
CNPJ: 13.223.975/0001-20

Relatório da Administração - Exercício de 2023

ANS - nº 418072

Senhores Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. ("Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

Principais Informações Financeiras
• A Companhia encerrou o exercício de 2023 com um lucro líquido de R\$ 14,9 milhões, registrando um crescimento expressivo de 115,7% em relação ao exercício anterior de 2022. Esse resultado significativo foi impulsionado pelo desempenho positivo da carteira de investimentos, que alcançou R\$ 19,9 milhões ao longo do ano. O saldo do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 155,8 milhões, enquanto as aplicações financeiras atingiram R\$ 161,9 milhões e as provisões técnicas R\$ 3,7 milhões.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes
Diante de um cenário de incertezas, marcado pelo aumento da taxa de desemprego e pela redução da renda do brasileiro, observamos um impacto direto no crescimento do setor de saúde suplementar.
Por decisão da Administração, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para as vidas que permanecem ativas na carteira.

Honorários de Auditoria externa
A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Considerações Finais e Agradecimentos
• CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. agradece o apoio e a confiança dos acionistas e Conselheiros. Agradecemos também o apoio dado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e, em particular, aos nossos clientes, objetivo principal do nosso trabalho.
Por fim, a CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A. reconhece o esforço eficaz e o profissionalismo do seu corpo funcional. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados por todos são fatores fundamentais para enfrentar, com competência e dinamismo, nossos futuros desafios.

Barueri, 25 de março de 2024
A Administração

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		48.658	55.246	PASSIVO CIRCULANTE		9.239	15.370
Disponível		48	7	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	442	7.482
Realizável		48.610	55.239	Provisões de prêmios		40	6.235
Aplicações financeiras	4	41.247	42.561	Provisão de prêmio não ganho - PPNG		40	38
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		16.164	21.962	Provisão de insuficiência de prêmios		-	6.197
Aplicações livres		25.083	20.599	Provisão de sinistros a liquidar para outros prestadores		102	235
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		33	15	Provisão para sinistros ocorridos e não avisados (PEONA)		300	1.012
Prêmios a receber	5	33	15	Débitos de operações de assistência à saúde		5	14
Créditos tributários e previdenciários	6	6.983	12.269	Comercialização sobre operações		5	14
Bens e títulos a receber		347	394	Tributos e encargos sociais a recolher		1.176	842
ATIVO NÃO CIRCULANTE		122.914	107.928	Débitos diversos	10	7.616	7.032
Realizável a longo prazo		122.849	107.811	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.561	7.633
Aplicações financeiras	4	120.692	105.937	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	3.228	6.892
Aplicações livres		120.692	105.937	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		3.228	6.892
Créditos tributários e previdenciários	6	242	309	Provisões		3.333	741
Débitos judiciais e fiscais	11	1.945	1.874	Provisões para tributos diferidos	8	588	73
Imobilizado	7	65	117	Provisões para ações judiciais	11	2.745	698
Imobilizado de uso próprio		61	112	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	155.772	140.171
Imobilizado - não hospitalares		61	112	Capital social		192.000	192.000
Outras imobilizações		4	5	Ajustes de avaliação patrimonial		786	109
TOTAL DO ATIVO		171.572	163.174	Prejuízos acumulados		(37.014)	(51.938)
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		171.572	163.174

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
192.000	(1.697)	(58.856)	131.447
-	1.806	-	1.806
-	-	6.918	6.918
192.000	109	(51.938)	140.171
-	677	-	677
-	-	14.924	14.924
192.000	786	(37.014)	155.772

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. sediada em Barueri - SP, doravante referida também como "Companhia", é controlada pela CNP Seguros Holding Brasil S.A., que por sua vez é controlada pelo Grupo Segurador francês CNP Assurances e tem como objeto social atuar como seguradora especializada em seguro saúde. A Companhia foi constituída em 23 de fevereiro de 2011 e autorizada a operar, nos ramos de saúde e odontológico pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em 25 de julho de 2011.
Por decisão da Administração da Companhia, as atividades comerciais de novas vendas estão suspensas por tempo indeterminado, sendo mantidas as operações para os beneficiários que permanecem ativos na carteira.

2. Resumo das políticas contábeis materiais
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, incluindo pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução normativa nº 528/2022 e alterações posteriores.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.13.

A Administração reconhece que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, sendo as demonstrações financeiras preparadas com base no princípio de continuidade.
A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2024.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e Bancos (disponível)
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.

2.4. Instrumentos financeiros
2.4.1. Classificação e reconhecimento
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração (quando houver valores registrados):
• Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado);
• Mensurados ao custo amortizado.
A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.
Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem:
• Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros.
A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:
• Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

2.4.2. Mensuração
O valor de mercado dos títulos é determinado de acordo com os critérios e informações a seguir:
a. Títulos públicos: com base no "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.
b. Fundos de investimentos: registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.

2.5. Classificação de contratos de seguros
A Companhia classifica os contratos de seguros emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, sendo definido risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado, na ocorrência de um acontecimento específico que possa afetá-lo de forma adversa.

2.6. Impairment
2.6.1. Impairment de instrumentos financeiros a. Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável pela Administração.
Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:
• Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
• Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
• Torna-se provável que o tomador declare falência ou outro reorganização financeira;
• O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.
b. Ativos classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes
No caso de investimentos em instrumentos de capital, é analisado se existe uma queda acentuada ou constante no valor de mercado do ativo em relação ao seu valor de aquisição, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Administração. Em caso positivo, a perda esperada é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período. Os valores reconhecidos como perda de instrumentos de capital não são revertidos em períodos subsequentes.
Para os instrumentos de dívida, é analisado se existe um risco de default do emissor. Em caso positivo a perda esperada é registrada no resultado do período, podendo esta ser revertida, caso seja verificado um aumento no valor do ativo e que esse fato possa ser relacionado a eventos posteriores ao reconhecimento da perda.

c. Prêmios a receber
• A Companhia constitui provisão conforme requerido pela RN nº 528/2022 e alterações posteriores.
• Para os planos individuais com preço pré-estabelecido havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito desse contrato é provisionada e para os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, é realizada a provisão da totalidade do crédito desse contrato.
Mediante avaliações, a Companhia entende que a redução ao valor recuperável está adequada e reflete o histórico de perdas internas.

d. Impairment de ativos não financeiros
Os ativos, substancialmente compostos pelos gastos com software, que estão sujeitos à amortização, são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida, quando aplicável, pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

2.6. Imobilizado
O imobilizado é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia são:
i) móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; ii) equipamentos de informática de 10 a 20%, e benfeitoria em imóveis de terceiros - 20% a.a..

2.7. Provisões técnicas
As Provisões Técnicas são constituídas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos em legislações específicas.
A Provisão de Sinistros a Liquidar (PESL) é constituída pelo valor integral, cobrado pelo prestador ou a ser reembolsado ao segurado, no mês da notificação da ocorrência da despesa assistencial.
A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA) é constituída para a cobertura dos valores de indenização que a Companhia estima serem necessários para liquidar os sinistros já ocorridos e ainda não avisados até a data do fechamento contábil relativo ao balanço e é estimada a partir da média da PEONA observada em períodos já desenvolvidos, com observações de 8 meses.
A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados no SUS (PEONA-SUS) é constituída em sua totalidade conforme cálculo disposto na RN nº 574/2023 e suas alterações, considerando o total de eventos indenizáveis provenientes do SUS.
A Provisão para Remissão é constituída para garantir das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão dos prêmios referentes à cobertura de assistência saúde, firmadas com o

beneficiário a partir do mês seguinte ao conhecimento do óbito do segurado titular do plano, contemplando todos os dependentes cadastrados por período de 1 (um) ou 2 (dois) anos, a depender do contrato firmado. A provisão é calculada mensalmente conforme metodologia de avaliação de reserva matemática a partir de anuidade atuarial e da despesa assistencial esperada identificadas por contrato no momento do cálculo, quando for o caso. Não houve ocorrência nessa modalidade no ano de 2023.
A Provisão para Prêmios Não Ganha (PPNG) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, tendo seu cálculo baseado na Resolução Normativa nº 574/2023 e demais alterações, apurando a parcela de prêmio não ganha cujo período de cobertura do risco ainda não decorreu.
A Provisão para insuficiência de Prêmios (PIP) é constituída quando constatada a insuficiência de prêmios para cobertura dos sinistros a ocorrer, conforme cálculo disposto na RN nº 574/2023 e suas alterações. A PIP é constituída para comportar as despesas futuras que, por estimativa, devem superar a receita futura dos contratos ativos, baseado na experiência dos últimos 12 ou 24 meses, o que for menor.

2.8. Teste de adequação do passivo - TAP
Conforme definido pela Resolução Normativa nº 528/2022, não há obrigatoriedade para operadoras classificadas como de pequeno ou médio porte a obrigação de informar nas notas explicativas a realização do TAP.

2.9. Outros provisões, ativos e passivos contingentes
A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.
A Companhia constitui passivo contingente para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os passivos contingentes são constituídos a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Ativo contingente somente é reconhecido quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC).

2.10. Apuração do resultado
As receitas relativas aos prêmios de seguros são reconhecidas no efetivo período de cobertura do risco, de acordo com a vigência de cada contrato.
As despesas com sinistros são reconhecidas, por ocasião da apresentação da conta médica ou do aviso pelos prestadores dos serviços, correspondente aos sinistros ocorridos.
As despesas com lucros devidas aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento.
As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que são reconhecidos no resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.
As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros que estão reconhecidos no resultado. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.11. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.
A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social sobre o lucro ajustado do período de agosto de 2022 a dezembro de 2022 foi calculada com alíquota majorada, com base na Lei nº 14.446, de 2 de setembro de 2022, que converteu a Medida Provisória 1.115/2022, a qual elevou a alíquota da Contribuição Social das pessoas jurídicas de seguros privados para 16%, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são constituídos pois a Companhia não tem expectativa de resultado futuro que comporte os seus registros.
As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda corrente e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.
As antecipações de impostos de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, até o limite do imposto a pagar e em caso de excedente, é registrado no ativo circulante.

2.12. Mudança nas principais políticas contábeis
A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam, as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.
As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas". As alterações em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.
A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.
A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 2 - Políticas Contábeis Materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

2.13. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela ANS, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem:
i. Informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; ii. informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.
Notas 2.7 e 8 - Provisões técnicas;
Notas 2.4 e 4 - Instrumentos financeiros; e
Notas 2.8 e 10 - Depósitos Judiciais, Provisões para ações judiciais.

2.14. Adoção do IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros
A Companhia adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros / IFRS 9 - Financial Instruments em 1º de janeiro de 2023 através da Resolução Normativa 472, de setembro de 2021. A norma introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro.
O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.
Os ativos da Companhia se enquadram na abordagem geral e nesta abordagem as perdas de crédito esperadas devem ser mensuradas de acordo com estágio das operações:
• Estágio I: todas operações ao serem reconhecidas inicialmente são alocadas neste primeiro estágio, sendo estimadas as perdas esperadas para os próximos 12 meses, com os juros efetivos calculados sobre o valor bruto;
• Estágio II: todas operações que tiveram "mudanças significativas no risco de crédito" desde seu reconhecimento inicial, sendo reconhecidas as perdas esperadas até o fim do ativo (o reconhecimento de juros continua a ser feito sobre a base bruta da operação); e
• Estágio III: todas operações em inadimplência / default. Cálculo das perdas de crédito esperadas para a vida esperada do contrato (o reconhecimento de juros passa a ser feito sobre a base líquida da operação).
A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esperada (ECL - Expected credit losses) para seus ativos financeiros, a qual considera perdas esperadas em função de eventos de crédito do passado, do presente e do futuro.
A Companhia adotou a calibração de probabilidades de inadimplência com base nos ratings das maiores agências do mercado para mensurar a perda esperada de todos os ativos financeiros da companhia. No caso dos títulos públicos brasileiros por se tratar de risco soberano e por prática de mercado são considerados títulos livres de risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida.

3. Gestão de riscos
A Gestão de Riscos é o processo que alinha objetivos, estratégia, procedimentos, cultura, tecnologia e conhecimentos, com o propósito de avaliar e gerenciar as incertezas a fim de preservar o patrimônio e criar valor.
O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios ganhos de plano de assistência à saúde		6.774	932
Receitas com operações de assistência à saúde		6.774	932
Prêmios retidos	14.a	577	607
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		6.197	325
Sinistros retidos		3.808	(3.189)
Sinistros avisados	14.b	3.096	(4.337)
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados	14.c	712	1.148
RESULTADO BRUTO		10.582	(2.257)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		10.582	2.382
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	14.d	336	(38)
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(36)	(111)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	14.d	(3.695)	(3.370)
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde		(3.761)	(3.369)
Provisão para perdas sobre créditos		66	(1)
Resultado antes dos impostos e participações		7.195	(3.356)
Despesas de comercialização		(59)	(33)
Despesas administrativas	14.e	(5.205)	(3.190)
Resultado financeiro líquido	14.f	19.929	16.818
Receitas financeiras		19.945	16.900
Despesas financeiras		(16)	(82)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		21.850	10.239
Imposto de renda	17	(4.094)	(1.829)
Contribuição social	17	(2.474)	(1.172)
Prejuízos sobre o Lucro		(258)	(38)
RESULTADO LÍQUIDO		14.924	6.918
Quantidade de ações		1.142.000.000	1.142.000.000
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$		13	6

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	14.924	6.918
Outros lucros abrangentes	677	1.806
Ajustes de avaliação patrimonial	1.193	1.879
Efeito tributário dos ajustes de avaliação patrimonial	(516)	(73)
Total dos lucros abrangentes para o exercício	15.601	8.724
Quantidade de ações	1.142.000.000	1.142.000.000
Resultado líquido por lote de mil ações - R\$	14	8

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2023	31/12/2022
Recebimento de Planos Saúde	629	2.222
Resgate de Aplicações Financeiras	132.891	150.664
Outros Recebimentos Operacionais	6.868	172
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(1.546)	(4.595)
Pagamento de Comissões	(15)	(29)
Pagamento de Pessoal	(1.360)	(1.902)
Pagamento de Serviços Terceiros	(958)	(1.019)
Pagamento de Tributos	(7.027)	(4.021)
Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(28)	(1.414)
Pagamento de Aluguel	(91)	(317)
Aplicações Financeiras	(126.124)	(139.876)
Outros Pagamentos Operacionais	(3.187)	(77)
Caixa líquido nas atividades operacionais	42	(192)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	(1)	-
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	(1)	(13)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1)	(13)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Variação de caixa e equivalente de caixa	41	(205)
Caixa - saldo inicial	7	212
Caixa - saldo final	48	7

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

A Diretoria de Riscos (DIRRIS) foi criada com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco. As principais responsabilidades da DIRRIS são:
• Definir a visão estratégica de Risk Appetite;
• Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância;
• Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios/filiais e áreas centralizadas;
• Manter a alta administração da CNP Seguros Holding Brasil informada sobre a evolução do perfil de risco do grupo;
• Revisar e aprovar as políticas de subscrição, resseguro e investimento, levando em consideração os procedimentos referentes a Solvência II, ORSA e IFRS;
• Elaborar o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, Acionistas, Comitês de Riscos e Comitê de Auditoria, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia;
• Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.
No que tange regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Controles Internos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.
Com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a DIRRIS organiza regularmente vários comitês, sendo eles, os Comitês de Engagements (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), de Investimentos, Riscos Operacionais e Controles Internos, de Crise e de Incidentes de Segurança. A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas Políticas e Normativas internas que tratam de questões atinentes à ética e à integridade, à prevenção, à fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.
Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível aos colaboradores e a público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento pelo Canal de Denúncia, os relatos são analisados e tratados e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados.
Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se: (i) o fortalecimento da gestão de riscos, especialmente Compliance e auditoria interna; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativas específicas, relativos à Segurança da Informação e Segurança Cibernética, a prevenção à fraude, entre outros.
3.



Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

* continuação

	31/12/2023			
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fluxo dos ativos (i)	41.675	120.662	-	162.337
Fluxo dos passivos (ii)	12.467	588	-	13.055
				31/12/2022
	Até 1 ano	Mais de 1 ano Até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fluxo dos ativos (i)	42.977	105.937	-	148.914
Fluxo dos passivos (ii)	22.262	73	-	22.335

(i) O fluxo de ativos considera o disponível, aplicações financeiras, créditos das operações com planos de assistência à saúde e bens e títulos a receber. Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. As aplicações financeiras estão classificadas na categoria disponível para venda e valor justo por meio do resultado, e em eventual necessidade de liquidez podem ser alienados para cumprir as necessidades de caixa, e (ii) O fluxo de passivos considera os passivos de caixa a pagar, débitos das operações de assistência à saúde e provisões técnicas de assistência à saúde. Os passivos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, exceto para o fluxo de caixa de saída das provisões técnicas, o qual considera a expectativa de liberação das provisões. O modelo de projeção leva em consideração premissas técnicas, tais como permanência e hipóteses econômicas, bem como o comportamento histórico de algumas provisões, permitindo a geração de expectativa futura de liberação.

3.4 Risco de crédito

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos e a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

A tabela a seguir demonstra a exposição máxima ao risco de crédito antes de qualquer garantia ou outras intensificações de crédito:

	31/12/2023				31/12/2022				
	BB	Sem Rating	Total	BB-	Sem Rating	Total	BB-	Sem Rating	Total
Ao valor justo por meio do resultado	-	19.809	19.809	-	42.561	42.561	-	19.809	19.809
Fundos de investimentos não exclusivos	-	19.809	19.809	-	42.561	42.561	-	19.809	19.809
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	142.100	-	142.100	105.937	-	105.937	-	-	-
Letras do tesouro nacional	21.438	-	21.438	105.937	-	105.937	-	-	-
Notas do tesouro nacional	120.662	-	120.662	-	-	-	-	-	-
Créditos das operações com planos de assistência de saúde	-	33	33	-	15	15	-	-	-
Títulos e créditos a receber	-	347	347	394	-	394	-	-	-
Exposição máxima ao risco de crédito	142.100	20.189	162.289	105.937	42.970	148.907	-	-	-

3.5 Risco de mercado

3.5.1 Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

3.5.2 Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk (VaR)*, o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os parâmetros são definidos pela ANS, e os limites definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros:

- Modelo não-paramétrico;
- Nível de confiança de 99%;
- Horizonte temporal de um dia; e
- Volatilidade sob o critério EWMA ($\lambda = 0,94$).

O *Value at Risk* da carteira de investimento da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 135 (31 de dezembro de 2022 é de R\$ 248).

4. Instrumentos financeiros

4.1 Resumo da classificação

	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023	
	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Valor de Mercado	Valor do Custo Atualizado	Vencimento Até 01 ano e 05 anos	Entre 01 e 05 anos
Mensurados ao	19.809	19.809	42.561	19.809	-	-
Fundos de investimento não exclusivos	19.809	19.809	42.561	19.809	-	-
Valor justo por meio do resultado	19.809	19.809	42.561	19.809	-	-
Notas do tesouro nacional	120.662	119.315	-	-	-	120.662
Letras do tesouro nacional	21.438	21.410	105.937	105.755	-	21.438
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	142.100	140.725	105.937	105.755	-	21.438
Total	161.909	160.534	148.498	148.316	19.809	21.438

O saldo do balanço patrimonial é composto pelo valor de mercado.

4.2 Movimentação das aplicações

A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	148.498	142.133
Aplicações	295.899	245.885
Resgates	(302.665)	(256.675)
Rendimentos	-	19.984
Ajustes a valor justo	1.193	1.679
Saldo final	161.909	148.498

4.3 Abertura por hierarquia

A seguir apresenta-se a análise da classificação de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo.
- O valor está integralmente concentrado no nível 1. O saldo em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 161.909 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 148.498).

5. Créditos das operações com planos de assistência à saúde

5.1 Prêmio a receber

Apresentamos a seguir os prêmios a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Prêmio a receber	PDD	Prêmio a receber	PDD
Saúde empresarial	671 (641)	30	722 (710)	12
Saúde coletivo por adesão	6 (3)	3	3	3
Total	677 (644)	33	725 (710)	15

5.2 Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	15	35
Prêmios emitidos	682	630
IOF	(14)	(14)
Prêmios cancelados	(102)	(25)
Recebimentos	(642)	(638)
Constituição/(reversão) de provisão para perda	66	(1)
Saldo final	33	15

5.3 Faixas de vencimento

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmios a vencer		
	De 1 a 30 dias	15
	De 31 a 60 dias	1
	De 61 a 120 dias	644
Total	677	725

6. Créditos Tributários e Previdenciários

A composição dos créditos tributários está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Contribuição social	1.431	90	1.521	3.860
Imposto de Renda	1.797	152	1.949	4.884
COFINS em restituição	3.755	-	3.755	3.525
Total	6.983	242	7.225	12.269

6.1 Créditos Fiscais não reconhecidos

A Companhia não atendeu a totalidade dos requisitos do item 10.28 da Resolução Normativa 528/22 e, portanto, não realizou a constituição de créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Adições temporárias	4.298	3.514
Prejuízo fiscal	53.878	56.705
Total	58.176	60.219

7. Imobilizado

A seguir apresentamos a composição e movimentação do Imobilizado:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Taxa anual de depreciação (%)	31/12/2021	Aquisições	Depreciações
Equipamentos	10 a 20	17	7	(8)
Móveis, máquinas e utensílios	10	138	-	(43)
Benefitória em imóveis de terceiros	20	-	6	-
Total	155	13	(51)	117

8. Provisão para Tributos Diferidos

São representados integralmente pela provisão dos tributos incidentes sobre os ajustes de reservas ao valor justo, com a contrapartida contabilizada diretamente no patrimônio líquido. O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 588 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 73).

9. Provisões técnicas

A Companhia opera com os produtos Saúde Empresarial e coletivo por adesão, a seguir apresentamos as provisões técnicas:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (*)	Provisão Insuficiência de Prêmios (i)	Provisão de Prêmio Não Ganhos
31/12/2023	3.330	300	-	40
31/12/2022	7.127	1.012	6.197	38

(i) Considerando que a apuração da PIP é realizada segundo a legislação vigente e considerando que em 2023 ocorreram movimentos de estorno de despesas de sinistro que provocaram a geração de um fator negativo, não houve constituição dessa provisão em dezembro/2023.

9.1 Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas pode ser resumida como segue:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Sinistros a Liquidar	Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados	Provisão Insuficiência de Prêmios	Provisão de Prêmio/Contraprestação Não Ganha
Saldo em 01/01/2022	6.549	2.161	6.522	42
Constituições/Aviões	4.903	357	2.688	645
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.751)	-	1	(3.750)
Ajuste de estimativa de sinistros	520	-	-	520
Reversões	(1.024)	(1.506)	(3.014)	(649)
Saldo em 31/12/2022	7.127	1.012	6.197	38
Constituições / Aviões	7.926	500	-	679
Pagamento de sinistros/benefícios	(1.546)	-	-	(1.546)
Ajuste de estimativa de sinistros	(6.513)	-	-	(6.513)
Reversões	(3.664)	(1.212)	(6.197)	(681)
Saldo em 31/12/2023	3.330	300	-	40

10. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações com pessoal a pagar	884	752
Depósito de terceiros	1.035	643
Provisão para indenizações	5.343	5.380
Outras contas a pagar	354	257
Total	7.616	7.032

11. Depósitos judiciais e Provisões para ações judiciais

11.1 Composição

	31/12/2023		31/12/2022	
	Depósitos judiciais	Contingências passivas	Depósitos judiciais	Contingências passivas
Natureza cível	1.933	1.862	271	240
Natureza trabalhista	12	12	-	3
Outras Obrigações	-	-	2.474	425
Totais	1.945	1.874	2.745	668

As posições judiciais de causas cíveis correspondem, substancialmente, a pedidos para cobertura de sinistros que estão em discussão judicial em reclamações, majoritariamente, relacionadas a Indenizações por Danos Morais e Materiais; Revisões de reajuste; Concessão de procedimentos médicos ou medicamentos, convertida em perdas e danos; restituição de valores despendidos com procedimentos ou medicamentos e pagamento de Custas e Honorários de Sucumbência.

As provisões judiciais trabalhistas referem-se, basicamente, a questionamentos de valores por ocasião da rescisão contratual.

O saldo de outras obrigações se refere, substancialmente, a provisões judiciais administrativas, conforme descrito na nota 14.4.

11.2 Segregação em função da probabilidade de perda

	Quantidade	Remota	Possível	Provável	31/12/2023
Contingências cível	45	92	60	271	423
Contingências trabalhista	2	22	22	-	44
Outras Obrigações	-	-	-	2.474	2.474
Total	47	114	82	2.745	2.941

	Quantidade	Remota	Possível	Provável	31/12/2022
Contingências cível	57	277	90	240	607
Contingências trabalhista	2	-	-	3	3
Outras Obrigações	-	-	-	425	425
Total	59	277	90	668	1.035

11.3 Movimentação

	Saldo 01/01/2023	Adições	Pagamentos	Baixas	31/12/2023
Contingências cível	240	124	(27)	(66)	271
Contingências trabalhista	3	(2)	-	(1)	3
Outras Obrigações	425	2.049	-	(2)	2.474
Total	668	2.173	(29)	(67)	2.745

	Saldo 01/01/2022	Adições	Reversões	31/12/2022
Contingências cível	275	2.908	(2.943)	240
Contingências trabalhista	3	-	-	3
Outras Obrigações	549	26	(150)	425
Total	827	2.934	(3.093)	668

12. Patrimônio líquido

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 192.000, e está representado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 por 1.142.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal de R\$ 1,00 cada.

13. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora CNP Seguros Holding Brasil S.A., anteriormente denominada Caixa Seguros Holding S.A., demais empresas ligadas à sua Controladora, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares.

Os saldos decorrentes de operações realizadas com as partes relacionadas são resumidos abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios (i)	-	-	30	-
Caixa Econômica Federal (ii)	19	-	5	-

	31/12/2023		31/12/2022	
	Recetta	Despesa	Recetta	Despesa
Companhia de Seguros Previdência do Sul (iii)	-	(6)	-	(1)
CNP Consórcio S.A. Administradora de Consórcios (i)	122	-	171	-
Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (iv)	-	(12)	-	(13)
Caixa Vida e Previdência S.A. (v)	-	(91)	-	(106)
X22 Vida e Previdência S.A. (iii)	-	(3)	-	(4)
Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (vi)	-	(3)	-	(10)
Remuneração e benefícios de curto prazo do pessoal chave da Administração	-	(36)	-	(58)

(i) Refere-se a compartilhamento de custo;

(ii) Disponibilidade financeira;



CAIXA SEGURADORA ESPECIALIZADA EM SAÚDE S.A.
 CNPJ: 13.223.975/0001-20

Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

→ continuação

Aos Administradores e Acionistas da **Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.** Barueri - SP

Opinião
 Examinamos as demonstrações financeiras da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
 A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
 A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
 Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
 Contadora CRC SP - 246031/0-8

Nórdica Veículos S.A.

CNPJ nº 77.997.187/0001-74

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas - Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A conjuntura do mercado de veículos pesados do exercício de 2023, foi um grande desafio. Entre a incerteza econômica global e as inovações tecnológicas, as empresas enfrentaram um terreno desafiador, somado aos altos custos de financiamentos e a mudança de fase do Proconve (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores). Além desses reveses, houve antecipação de compra no ano anterior, prejudicando o ano seguinte. Isso sempre ocorreu, e não foi diferente com a introdução da tecnologia dos motores Euro 6, em 2023. Vemos essa desaceleração nos volumes nacional de vendas de pesados em 2023 como uma questão sazonal, em virtude de toda a conjuntura do mercado, como esperado em nosso segmento, pois mal o ano começava e já se estimava uma queda de 20% no volume de veículos pesados em relação a 2022. Quando falamos em números, no contexto regional, nosso volume total de vendas de caminhões pesados e semipesados, teve uma redução de 22,9%. Nas vendas de ônibus, em nossa região, tivemos redução de volumes em 76,2% no ano de 2023 em relação ao ano de 2022, quando tivemos um crescimento de 221%. Essa brusca paralização de crescimento denota o fraco investimento do setor de transportes urbanos e rodoviários de modo geral. Nas vendas de serviços e peças, o crescimento foi de 20,4% para peças, e 26,7% para serviços, resultado este, fruto do aumento da frota circulante ocorrida nos últimos anos, somado ao bom desempenho do agronegócio e de alguns setores da indústria, aliados à adoção de novas formas de relacionamento com os clientes, resultando em agilidade e melhorias no agendamento de serviços e atendimento. Temos confiança de que, com a redução das taxas de juros, reaquecimento do investimento nas indústrias, estabilidade no preço das commodities no mercado externo, e a performance do agronegócio, voltaremos a

crescer na participação de mercado nos exercícios seguintes com a chegada de novos produtos com mais inovação e eficiência, além de um pós-venda ágil e atuante em nosso segmento. Apesar do recuo das vendas de caminhões e ônibus, em questão de volumes, em parte compensado com o incentivo a venda de peças, serviços e produtos afins, o lucro líquido de 2023 foi de 8,19% sobre vendas líquidas, maior que no ano anterior 2022, que foi de 7,86%. Isso demonstra que a organização apesar das dificuldades se empenhou para entregar melhor rentabilidade. As decisões estratégicas, no sentido de reduzir custos e despesas, aliadas a uma gestão de transparência, agilidade e qualidade, têm sido fundamentais para superar as adversidades e focar na qualidade e na satisfação dos nossos clientes. Reduzimos os custos e despesas, e como resultado, as despesas gerais e administrativas que em 2022 perfaziam 5,08% da receita operacional líquida, passaram em 2023 a representar 4,79%, fruto da continuidade de uma administração cuidadosa no controle orçamentário. A dedicação e o trabalho árduo dos nossos colaboradores, focados na criação de valor para os nossos clientes, acionistas, colaboradores, parceiros e comunidades, melhorando a performance da companhia foram fundamentais no contexto de retração do mercado e busca em superação.

Agradecimentos - A Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, instituições financeiras, órgãos governamentais, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como a equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação.

Declaração da Diretoria - Em atendimento às disposições legais pertinentes, a Diretoria declara que revisou e concordou com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o qual foi aprovado em Reunião de Diretoria de 29 de fevereiro de 2024.

Curitiba, 29 de fevereiro de 2024

A ADMINISTRAÇÃO

NÓRDICA VEÍCULOS S/A - CNPJ 77.997.187/0001-74 - Curitiba-PR

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

BALANÇO PATRIMONIAL (Em milhares de reais)

Ativo	NOTA	2023		2022		Passivo Circulante	NOTA	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022			2023	2022		
Circulante											
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	115	92			Fornecedores	14	108.024	110.072		
Aplicações Financeiras	6	139.690	100.495			Obrigações Trabalhistas, Sociais e Dividendos	15	6.274	6.296		
Contas a Receber de Clientes	7	71.360	81.180			Obrigações Tributárias	16	3.917	4.563		
Estoques	8	169.642	153.565			IRPJ / CSLL Correntes		11.975	12.687		
Impostos a Recuperar	9	31.634	26.502			Adiantamentos de Clientes		1.688	3.869		
Adiantamentos Concedidos	10	6.770	430			Dividendos e JCP		13.873	25.809		
Despesas Antecipadas		198	37			Passivo de Arrendamento	13	1.019	1.190		
Outros Direitos Realizáveis		860	10			Demais Contas a Pagar		1.286	1.036		
		420.269	362.311					148.066	165.522		
Não Circulante						Não Circulante					
Direitos Realizáveis						Tributos Diferidos	17b	12.913	13.112		
Contas a Receber de Clientes	7	3.498	0			Passivos Litigiosos	18	494	805		
Depósitos Judiciais		0	11			Passivo de Arrendamento	13	140	954		
Outros Direitos Realizáveis		359	359			Demais Contas a Pagar		0	1.036		
		3.857	370					13.547	15.907		
Investimentos	11	10	10			Patrimônio Líquido					
Imobilizado	12	79.565	79.453			Capital Social	19a	94.502	94.502		
Direito de Uso	13	1.092	2.104			Reservas de Capital	19b	5.981	5.981		
Intangível		20	31			Reservas de Lucros	19c	221.897	141.058		
		80.687	81.598			Ajustes de Avaliação Patrimonial	19d	21.020	21.309		
Total do Ativo		504.813	444.279			Total do Passivo e Patrimônio Líquido		504.813	444.279		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	NOTA	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	20	1.308.281	1.345.997		
CUSTOS DAS MERCADORIAS E SERVIÇOS	21	(1.131.286)	(1.152.966)		
LUCRO BRUTO		176.995	193.031		
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas Gerais e Administrativas	22	(70.348)	(68.354)		
Remuneração dos Administradores	23	(2.410)	(2.653)		
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	24	30.701	23.770		
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS		134.938	145.794		
Despesas Financeiras	25	(3.767)	(3.180)		
Receitas Financeiras	25	18.872	14.365		
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		150.043	156.979		
IR e CS Corrente	17a	(43.109)	(51.067)		
IR e CS Diferido	17a	199	(157)		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		107.133	105.755		
LUCRO POR AÇÃO		24,01	23,70		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	107.133	105.755
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	107.133	105.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Reservas de Capital		Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Especial de Ágio	Legal	Estatutária	Retenção de Lucros	Incentivos Fiscais			
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	94.502	5.981	18.900	15.141	63.554	9.730	21.603	-	229.411
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	(45.878)	-	-	105.755	105.755
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(45.878)
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	(445)	445	-
Tributos Diferidos s/ Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	151	(151)	-
Realização Depreciação s/ Vida Útil ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exclusão ICMS da Base de Cálculo IRCS - LC 160	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações Propostas do Exercício:									
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva para Investimento e Capital de Giro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos Distribuídos	-	-	-	10.576	-	-	-	(10.576)	-
- Dividendos Antecipados e JCP	-	-	-	-	-	-	-	(22.238)	(22.238)
- Reserva de Lucros a Disposição dos Acionistas	-	-	-	-	67.773	-	-	(4.200)	(4.200)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022	94.502	5.981	18.900	25.717	85.449	10.992	21.309	(67.773)	262.850
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	107.133	107.133
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	-	-	-	-	-	-	(438)	438	-
Tributos Diferidos s/ Realização do Custo Atribuído	-	-	-	-	-	-	149	(149)	-
Exclusão ICMS da Base de Cálculo IRCS - LC 160	-	-	-	-	-	-	-	(1.816)	-
Destinações Propostas do Exercício:									
- Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva para Investimento e Capital de Giro	-	-	-	10.713	-	-	-	-	-
- Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendos Antecipados e JCP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Reserva de Lucros a Disposição dos Acionistas	-	-	-	-	68.110	-	-	(19.400)	(19.400)
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	94.502	5.981	18.900	36.430	153.559	12.808	21.020	(68.110)	343.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: <https://www.jornalodiasp.com.br>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 29/02/2024.

NÓRDICA VEÍCULOS S/A.

MAURO LUÍS GROSSMANN - Contador - CRC - PR Nº 43.774/O-6

Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Proc. 1002485-55.2020.8.26.0001. A Dra. Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Santana/SP, faz saber a Florisbela da Silva Santos Dias CPF 048.829.588-21, que Ramundo Salviano Ferreira apuzou ação Monitoria, por cobrança de R\$ 15.281,99 (lev/2020), referente aos cheques 1970 e 1934, Banco Bradesco, agência 0255, cc 308076-5. Estando a ré em lugar ignorado, expedie-se edital, para que em 15 dias, a fluir do prazo supra, pague o valor supra, acrescido dos honorários advocatícios em 5%, com isenção de custos, ou no mesmo prazo ofereça embargos, sob pena de ser constituído de pleno direito o título executivo judicial, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. S.P., 15/12/2023. pa.27

Deputados pedem vista e adiam análise sobre prisão de Brazão

Deputados da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pediram vista e adiaram, por duas sessões, a votação sobre a prisão preventiva do deputado federal Chiquinho Brazão (RJ), detido no último domingo (24) acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes.

Como Brazão é parlamentar federal, a prisão precisa ser aprovada pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados. O relator do caso na CCJ, deputado Darci de Matos (PSD-SC), defendeu que a prisão respeitou as exigências constitucionais que dizem que a detenção de um parlamentar só pode ser feita em flagrante e por crime inafiançável.

Os deputados federais Gilson Marques (Novo-SC) e Roberto Duarte (Republicanos-AC) pediram vista para analisar se a prisão preventiva foi legal, argumentando que não tiveram tempo de avaliar o relatório da Polícia Federal, a decisão de prisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o relatório de Darci de Matos.

“O deputado está preso. Qual é a pressa? Qual é a pressa? Nós precisamos dormir com a cabeça no travesseiro para ter certeza de fazer a coisa certa”, argumentou Gilson Marques.

O parlamentar Roberto Duarte também saiu em defesa do pedido de vista. “Nós precisamos avaliar a questão da prisão preventiva decretada pelo Supremo Tribunal Federal. Nós observamos ainda, na imprensa nacional, que não existem provas cabais e que não houve sequer o contraditório. Nós precisamos defender o contraditório sempre e o devido processo legal”, afirmou o deputado acreano.

O pedido de vista foi criticado por parlamentares que defenderam a análise imediata do caso. A deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL-RJ) sustentou que era preciso dar uma resposta ao Brasil ainda na terça-feira (26).

Antes da leitura do parecer do relator, parlamentares apelaram para que não fosse dado o pedido de vista para não atrasar a análise da Câmara dos Deputados sobre a prisão de Chiquinho Brazão.

O deputado federal Rubens Pereira Júnior (PT-MA) apresentou questão de ordem defendendo que, no caso de matérias em caráter de urgência, o pedido de vista pode ser dispensado. Como alternativa, Rubens ainda sugeriu que o pedido de vista fosse de uma sessão, e não duas, como prevê o regulamento da Casa.

O deputado prometeu recorrer à Mesa Diretora da Câmara contra a decisão de conceder o pedido de vista. (Agência Brasil)



Votorantim Cimentos S.A.

CNPJ/ME nº 01.637.895/0001-32

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/

https://ri.votorantimcimentos.com.br/

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: Submetemos à apreciação as correspondentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas (DFs) da Votorantim Cimentos S.A. (V.C ou Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e apresentadas de forma consolidada com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.144.468	1.105.029	4.856.956	3.943.513	Emprestimos e financiamentos	75.896	82.680	271.983	262.348
Aplicações financeiras	864.266	776.858	1.056.569	978.316	Outros instrumentos financeiros	189.824	215.707	238.826	271.647
Instrumentos financeiros derivativos	670	-	1.027	48	Arrendamentos	25.641	22.732	144.013	165.883
Contas a receber de clientes	711.286	661.250	1.641.634	1.521.320	Risco sacado a pagar	205.190	251.701	1.559.780	1.880.761
Estoques	1.015.058	1.057.242	3.499.964	3.358.792	Fornecedores e outras contas a pagar	1.517.703	1.936.463	3.899.031	4.275.707
Tributos a recuperar	52.042	53.001	126.731	297.755	Salários e encargos sociais	296.829	264.862	721.923	959.561
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	39.566	92.305	117.695	169.969	Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	34.290	32.842
Dividendos a receber	-	33.145	1.230	-	Tributos a recolher	181.939	130.689	387.201	320.546
Securitização de recebíveis	-	-	250.372	-	Adiantamento de clientes	32.399	25.463	97.632	58.292
Outros ativos	77.331	69.395	273.147	266.315	Dividendos a pagar	557.360	218.911	559.040	221.185
Ativos classificados como mantidos para venda	3.904.687	3.848.225	11.825.325	10.536.029	Use de bem público	-	-	95.347	54.932
Total do ativo circulante	1.716	2.116	10.206	2.116	Securitização de recebíveis	-	-	95.338	-
Não circulante	3.906.403	3.850.341	11.835.531	10.538.144	Outros passivos	59.220	269.598	236.318	507.492
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	Total do passivo circulante	3.142.001	3.418.766	8.299.333	8.650.496
Instrumentos financeiros derivativos	439.356	543.924	612.194	708.600	Não circulante	-	-	-	-
Tributos a recuperar	76.480	81.008	177.217	197.816	Emprestimos e financiamentos	5.754.412	4.704.750	11.875.376	10.911.239
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	466.995	410.552	510.249	410.878	Instrumentos financeiros derivativos	427.418	466.285	547.342	603.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	802.046	435.884	Arrendamentos	70.362	29.986	867.911	1.034.801
Partes relacionadas	52.030	45.873	51.904	45.699	Imposto de renda e contribuição social diferidos	320.190	97.073	1.281.206	968.280
Depósitos judiciais	127.081	110.989	241.671	215.833	Partes relacionadas	58.876	58.016	48.548	56.905
Securitização de recebíveis	-	-	217.740	-	Provisões e depósitos judiciais	755.185	801.317	1.246.835	1.397.535
Benefícios de plano de pensão	-	-	82.762	126.335	Use de bem público	-	-	589.400	656.858
Outros ativos	35.687	46.096	169.759	240.363	Plano de pensão	-	-	265.711	275.011
Investimentos	1.197.629	1.238.442	2.647.806	2.598.946	Securitização de recebíveis	363.978	224.138	553.754	458.910
Propriedades para investimento	15.161.591	14.406.875	1.041.154	1.369.685	Use de bem público	7.747.415	6.381.565	17.276.083	16.477.138
Imobilizado	5.346.099	4.853.603	18.481.961	18.122.764	Total do passivo não circulante	10.889.416	9.800.331	25.575.416	25.327.634
Intangível	821.675	781.376	8.066.767	8.702.080	Patrimônio líquido	5.700.353	7.708.353	7.708.353	7.708.353
Direito de uso em arrendamento	97.186	52.951	973.378	1.126.723	Capital social	1.100.536	3.947.542	5.100.336	3.947.542
Total do ativo não circulante	22.626.180	21.333.247	31.283.956	31.995.065	Reservas de lucros	2.832.278	3.727.342	2.832.278	3.727.342
					Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	15.641.167	15.383.257	15.641.167	15.383.257
					Participação dos acionistas não controladores	15.641.167	15.383.257	1.902.904	2.022.318
					Total do patrimônio líquido	26.530.583	25.183.588	43.119.487	42.533.209
					Total do passivo e patrimônio líquido	26.530.583	25.183.588	43.119.487	42.533.209

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	445.227	410.107	1.868.614	1.846.855
Outros componentes do resultado abrangente	1.868.614	1.846.855	1.868.614	1.846.855
Total do resultado abrangente do exercício	2.313.841	2.256.962	3.737.228	3.693.710
Atividade financeira	1.868.614	1.846.855	1.868.614	1.846.855
Atividade operacional	445.227	410.107	1.868.614	1.846.855
Total do resultado abrangente do exercício	2.313.841	2.256.962	3.737.228	3.693.710

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.174.739	1.349.921	2.998.200	1.679.436
Atividade financeira	1.868.614	1.846.855	1.868.614	1.846.855
Atividade operacional	445.227	410.107	1.868.614	1.846.855
Total do resultado líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.488.580	3.606.883	6.735.428	5.371.146
Atividade de investimento	(2.049.503)	(2.216.422)	(2.049.503)	(2.216.422)
Atividade de financiamento	(1.389.570)	(1.389.570)	(1.389.570)	(1.389.570)
Total do fluxo de caixa e equivalentes de caixa	1.049.507	1.000.891	3.296.355	1.765.154

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA" ou "Controladora") e suas controladas ("Companhia") têm como atividades principais a produção e o comércio de portfólio completo de materiais pesados de construção, que incluem cimento, agregados, argamassa, calcário agrícola e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhanes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, transporte, distribuição e importação, coprocessamento para geração de energia e participação em outras empresas. A VCSA é uma sociedade anônima com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil. A Companhia está presente em todas as regiões do Brasil, além de países na América do Sul, América do Norte, Europa, Ásia e África. A VCSA é controlada diretamente pela Votorantim S.A. ("VSA"), sociedade anônima de capital fechado, uma holding de investimento permanente capitalizada e com negócios de longo prazo, brasileira e de controle familiar. Em 30 de maio de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") deferiu o registro da Companhia como emissora de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado de valores mobiliários, na Categoria "A" (Registro de Companhia Aberta)", nos termos da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada pela Resolução CVM nº 90. Como resultado, a Companhia está autorizada a negociar quaisquer valores mobiliários da Companhia em mercados regulamentados de valores mobiliários no Brasil, além de estar sujeita ao cumprimento das obrigações de emissores Categoria A previstas na Resolução CVM nº 80 e demais regulamentações aplicáveis.

2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em 28 de fevereiro de 2024 pelo Conselho de Administração. A aprovação final é concedida na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com a lei que rege as Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2023

3.1. Contrato de financiamento para modernização da fábrica de cimento de Salto de Pirapora (SP): Em julho de 2023, a Companhia firmou contrato de financiamento para o projeto de modernização da fábrica de cimento situada em Salto de Pirapora (SP). O projeto tem como um dos principais objetivos aumentar o nível de substituição térmica da unidade e reduzir as emissões de CO2. O projeto faz parte da estratégia de sustentabilidade de longo prazo da Companhia. A nova linha de crédito foi financiada integralmente pela International Finance Corporation (IFC) no montante total de USD 150 milhões, equivalente a R\$ 747 milhões, com prazo total de 10 anos. Os recursos foram desembolsados para a Companhia em 16 de agosto de 2023. O financiamento possui indicador de performance de sustentabilidade (KPIs) associado a redução de emissão líquida de gases de efeito estufa no escopo 1 (Kg CO2/ton cimento). Caso a Companhia atinja a meta de redução de CO2 acordada até dezembro de 2026, obterá benefício de redução nos juros do contrato de financiamento, caracterizando uma operação com um sustainability-linked loan. Após o desembolso, a Companhia contratou uma unidade de derivativo (cross-currency swaps), visando tanto a troca de exposição à taxa flutuante em dólar para taxa flutuante CDI como troca de moeda dólar para real. Este swap foi contratado com outra instituição financeira, resultando em taxa flutuante CDI + spread. Com propósito de proteger as variações do valor justo do risco cambial (USD) e taxa de juros (SOFR) desse financiamento, foi designado na captação os instrumentos de proteção contratados (cross-currency swaps) para troca dos fluxos de USD/SOFR para BRL/CDI+ como hedge accounting de valor justo. A Companhia fez a designação formal da forma de hedge, de acordo com o requerimento do IFRS 9 / CPC 48.

4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS POR SEGMENTO OPERACIONAL E DIVULGAÇÃO DE GRUPO

4.1. Informações financeiras por segmento operacional: O CPC 22 / IFRS 8 "Informações por segmento" exige que os segmentos operacionais sejam identificados com base em relatórios internos sobre componentes da Companhia que são regularmente revisados pelo Chief Operating Decision Maker ("CODM") para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. Definimos o Diretor Presidente ("Chief Executive Officer") da Companhia como o CODM. A Companhia atua geograficamente e regionalmente com quatro segmentos operacionais identificados pelas suas características econômicas similares. A atividade comercial está diretamente relacionada com as características econômicas e sazonais das localidades. Os segmentos operacionais reportáveis que correspondem com as divisões corporativas da Companhia são: (1) Brasil: compreende a produção e venda de cimento, argamassa e argamassa estabilizada, argamassa básica, argamassa tobole, calcário agrícola e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhanes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, transporte, distribuição, importação e coprocessamento para geração de energia; (2) América do Norte (operações no Canadá e Estados Unidos): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado e agregados; (3) Europa, Ásia e África (operações na Espanha, Turquia, Marrocos e Tunísia): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado, agregados e argamassa; (4) América Latina (operações na Argentina, Bolívia e Uruguai): compreende a produção e venda de cimento, argamassa e concreto pré-fabricado; A principal métrica de desempenho financeiro para a gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA ajustado, reportado mensalmente para cada um dos segmentos geográficos reportáveis. O EBITDA ajustado é definido como o lucro do exercício antes dos impostos e contribuição social menos: / mais depreciação, amortização e exaustão, resultado financeiro (líquido), variação cambial (líquido), resultado das subsidiárias e joint-ventures, dividendos recebidos e certas transações que são consideradas pela Administração como excepcionais, como marcação a mercado do excedente dos contratos de energia ("MM"), impairment de ativos não financeiros ou sua reversão, ganhos e / ou perdas na aquisição, venda ou troca de ativos;

5. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

5.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo com as normas internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards - "IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" ("IFRS" Accounting Standards), assim como de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Normas e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As IFRS compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS" Interpretations Committee - "FRIC Interpretations") e do Comitê Permanente de Interpretações (Standing Interpretations Committee - "SIC Interpretations"). As práticas contábeis adotadas no Brasil também incluem as informações, fornecidas em declarações de conformidade e correspondem às utilizadas pela administração da Companhia. A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior e não foram alteradas. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior subjetividade são aquelas em que há alguma margem de escolha ou interpretação, tais como a avaliação de ativos e passivos não circulantes que são ajustados, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis materiais e para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de demonstrações e, portanto, são consideradas informações sensíveis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior subjetividade bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 5.6. A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidado, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, não são consideradas informações sensíveis. A Companhia também apresenta as demonstrações financeiras. 5.2. Normas novas e interpretações contábeis: 5.2.1. Normas e interpretações contábeis adotadas: Uma série de novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 01 de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impacto relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. (a) Alterações no CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" - Single transaction: A Companhia adotou a partir de 01 de janeiro de 2023 a alteração do CPC 32 / IAS 12 a qual requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores líquidos de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. Impostos diferidos atribuídos de R\$ 14.558 e passivos de R\$ 17.577 foram inicialmente reconhecidos, com impacto residual de R\$ 3.019 re-estabelecido em contrapartida ao patrimônio líquido. (b) Alterações no CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" - Reforma tributária internacional - regras do modelo Pillar 2: A Companhia está enquadrada no escopo das regras do Pillar 2, publicado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), a qual trata-se de uma iniciativa para implementar um imposto mínimo global de 15%. Nas jurisdições nas quais a Companhia possui operações, a legislação do Pillar 2 já foi adotada em Luxemburgo, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023, enquanto na Espanha foi publicada um projeto de lei cuja aprovação final é esperada até o final de 2024. Uma vez que a legislação do Pillar 2 não estava em vigor em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não teve qualquer impacto no seu imposto corrente. Além disso, a Companhia aplicou a exceção temporária relativa ao reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos de impostos diferidos decorrentes do Pillar 2, tal como previsto nas alterações do IAS 12 emitidas em maio de 2023. A Companhia está realizando o estudo sobre o impacto decorrente da referida legislação e, com base na avaliação preliminar realizada até o momento, espera-se que a maioria das jurisdições não esteja sujeita ao top-up tax devido à elegibilidade de um dos 3 safe harbor prescritos nas diretrizes. No decorrer de 2024, a Companhia irá refinar e completar esta avaliação, em que será possível identificar o potencial impacto resultante das regras. (c) Alteração no CPC 26 / (IAS 1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: A Companhia adotou a partir de 01 de janeiro de 2023 a alteração ao CPC 26 / (IAS 1) a qual requer que se divulguem as políticas contábeis "materiais" (e não as "significativas"). A alteração também define o que é "informação de política contábil material", e explica como identificá-las. O IFRS Practice Statement 2 "Making Materiality Judgments", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A adoção destas alterações não resultou em mudanças na identificação das políticas contábeis materiais, a nomenclatura foi devidamente ajustada. 5.2.2. Normas e interpretações contábeis ainda não adotadas: (a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26 / IAS 1): A alteração da norma visa esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exige novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia avalia que a aplicação da norma em questão não terá impacto na apresentação das demonstrações financeiras. (b) Acordos de transferência de ativos (alterações ao CPC 27 / IAS 1 e CPC 40 / IFRS 7) e ativos de terceiros: A alteração da norma visa esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exige novas divulgações relacionadas aos acordos de financiamento com fornecedores ("Risco sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma Companhia e sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando os impactos na apresentação das demonstrações financeiras. (c) Outras alterações: Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto relevante na pre-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de contratos com clientes	9.450.233	9.516.894	26.682.125	25.797.366
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(7.245.761)	(7.384.906)	(20.799.481)	(20.982.540)
Lucro bruto	2.204.492	2.131.988	5.882.644	4.814.826
Receitas (despesas) operacionais				
Com vendas	(525.582)	(436.779)	(947.856)	(826.495)
Gerais e administrativas	(563.006)	(557.661)	(1.353.368)	(1.246.411)
Outras receitas operacionais, líquidas	63.257	48.159	359.790	180.841
Resultado financeiro, líquido	(1.025.331)	(946.281)	(1.941.434)	(1.892.065)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	1.179.161	1.185.707	3.941.210	2.922.761
Resultado de participações societárias				
Equivalência patrimonial	2.049.503	632.266	55.078	52.100
Resultado financeiro, líquido	511.619	649.628	943.306	938.458
Receitas financeiras	(1.168.972)	(1.228.313)	(2.039.149)	(2.346.821)
Despesas financeiras	143.428	110.633	97.755	112.938
Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas	(513.925)	(468.052)	(998.088)	(1.295.425)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.714.739	1.349.921	2.998.200	1.679.436
Imposto de renda e contribuição social	(281.039)	(350.634)	(380.320)	(533.982)
Lucro líquido do exercício	2.433.700	999.287	2.617.880	1.145.454
Atribuído a:				
Acionistas da Companhia	-	-	2.433.700	999.287
Participação de não controladores	-	-	184.180	146.167
Lucro líquido do exercício	-	-	2.617.880	1.145.454
Quantidade média ponderada de ações, em milhares	-	-	9.625.614	9.525.614
Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuídos aos acionistas da Companhia, em reais	-	-	255,49	104,91

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	2.433.700	999.287	2.617.880	1.145.454
Outros componentes do resultado abrangente do exercício				
Variações cambiais de operações localizadas no exterior	(950.773)	(698.668)	(1.077.871)	(885.070)
Hedge de investimentos líquidos	57.282	(135.073)	69.045	(162.739)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	13.500	22.005	12.947	(60.125)
Total do resultado abrangente do exercício	(879.991)	(811.736)	(995.909)	(1.107.934)
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado				
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(842)	(



Votorantim Cimentos S.A.

paração das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros. **5.2.3. Normas e informações de sustentabilidade de ainda não adotadas:** Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board ("ISSB") emitiu suas duas primeiras normas de relatórios de sustentabilidade - IFRS S1 e IFRS S2, que foram adotadas no Brasil pela CVM, e com data de aplicação obrigatória a partir de exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. Estas normas contêm requerimentos de divulgação de informações de sustentabilidade, e pretendem promover a consistência, comparabilidade e qualidade dessas informações, desenhadas para atender as necessidades dos investidores e mercados financeiros. Em paralelo, a União Europeia emitiu o seu primeiro conjunto de normas de sustentabilidade - European Sustainability Reporting Standards ("ESRS") em julho de 2023, aplicáveis às subsidiárias do Grupo localizadas em países da União Europeia, que deverão reportar de forma consolidada sobre informações de sustentabilidade de acordo com os ESRS a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia está em processo de implementação destas novas normas, de forma a adequar o atual Relatório Integrado aos requerimentos das normas e expectativas dos investidores e mercados financeiros. **5.3. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$") ou "Reais". **5.4. Operações com moeda estrangeira:** As operações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou de avaliação para os itens remunerados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas, exceto quando reconhecidas no patrimônio líquido em operações de hedge. **5.5. Erros contábeis e de apresentação das demonstrações financeiras:** O resultado e a posição financeira de todas as subsidiárias cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação da Companhia são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente apresentadas são convertidas pelas taxas de câmbio médias do período da demonstração do resultado e da demonstração do resultado abrangente, que são uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações, exceto para controladas consideradas em economias hiperinflacionárias, conforme Nota 5.5.4; e (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como "Outros resultados abrangentes" num componente separado no patrimônio líquido dentro, da conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os valores apresentados na demonstração de fluxo de caixa são extraídos das demonstrações convertidas dos ativos, passivos e resultados. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior assim como, dos empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como instrumento de hedge de investimentos no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio acumuladas equivalentes ao investimento alienado e ao instrumento de hedge que foram registradas no patrimônio são reconhecidas no resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda. O montante de diferenças de câmbio acumuladas a reconhecer no resultado é quantificado com base no método de consolidação usada pela Companhia que é o método de consolidação passo a passo no qual cada entidade é consolidada na entidade que detém diretamente a participação real e assim sucessivamente até a consolidação final na Companhia. O ágio e o valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. O efeito dessa conversão também é reconhecido como "Outros resultados abrangentes". **5.5.1. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade, e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia assume o controle até a data em que o controle deixa de existir. Na demonstração de resultados individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Saldos e transações, como quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas subsidiárias são eliminadas na consolidação. A Companhia trata as transações com entidades não-controladoras que não resultam em perda de controle como transações com acionistas da Companhia. Uma mudança na participação acionária resulta em um ajuste entre os valores contábeis das participações dos acionistas controladores e não controladores para refletir suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor do ágio do não controlador e qualquer contraprestação paga ou recebida é reconhecida no patrimônio líquido - "Ajustes de avaliação patrimonial". Quando a Companhia deixa de ter controle sobre qualquer uma de suas controladas, qualquer participação retida na entidade é mensurada ao seu valor justo, com qualquer diferença com o valor contábil reconhecido no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados para o resultado. **5.5.2. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** (i) **Coligadas:** Coligadas são todas as entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, mas não controle ou controle conjunto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, após reconhecimento inicial ao custo. (ii) **Joint arrangements:** Investimentos em joint arrangements em que a Companhia tem o controle em conjunto com outros investidores são classificados como joint ventures ou joint operations. Em uma joint venture, a Companhia tem direito aos ativos líquidos da joint venture, e não aos seus ativos e passivos específicos. As participações em joint ventures são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, após serem reconhecidas inicialmente ao custo no balanço patrimonial. Em uma joint operation, a Companhia reconhece individualmente seu direito aos ativos, passivos, receitas e despesas, e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas detidos ou incorridos em conjunto. (iii) **Método de equivalência patrimonial:** No método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, que incluem os custos de transação, ajustados posteriormente para reconhecer no resultado da Companhia o efeito dos lucros e prejuízos da investida pós-aquisição e os movimentos da participação acionária da Companhia na investida em "Outros resultados abrangentes", até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Os dividendos recebidos ou a receber de coligadas e joint ventures são reconhecidos como redução do valor contábil do investimento. Os investimentos da Companhia em coligadas e joint ventures incluem ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação da companhia na investida. **5.5.3. Transações entre entidades sob controle comum:** Transações entre entidades sob controle em comum ainda não foram endereçadas pelas IFRS e quando ocorrer transações de transferência não monetária entre entidades sob controle comum, a Companhia registra os ativos e passivos transferidos por seus valores contábeis na data da transferência. **5.5.4. Economias hiperinflacionárias:** CPC 42 / IAS 29 exige que as demonstrações financeiras de entidades cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária sejam ajustadas pelos efeitos das mudanças em um índice geral de preços adequados e sejam expressas em termos da unidade de medida atual na data de encerramento do exercício. Para concluir se uma economia é classificada como hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29, a norma detalha uma série de fatores a serem considerados, incluindo a existência de uma taxa de inflação acumulada em três anos que se aproxime ou supere 100%. O CPC 42 / IAS 29 deve ser aplicado como se a economia fosse hiperinflacionária desde sempre. De acordo com este princípio, as demonstrações financeiras de uma companhia que reporte na moeda de uma economia hiperinflacionária deve ser expressa em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras. Todos os saldos do balanço patrimonial que não estejam expressos em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras devem ser atualizados pela aplicação de um índice geral de preços. Deste modo, a inflação produzida a partir da data de aquisição ou da data de reavaliação, conforme o caso, deve ser registrada nos itens não monetários. Todos os componentes da demonstração resultante devem ser apresentados na unidade de medida vigente na data das demonstrações financeiras, aplicando-se a variação do índice geral de preços ocorrida desde a data em que as receitas e despesas foram originalmente reconhecidas nas demonstrações financeiras. Os principais procedimentos para o ajuste acima mencionado são os seguintes: (a) Os ativos e passivos monetários registrados a valores correntes na data do balanço não são atualizados porque já estão expressos em unidades monetárias correntes na data do balanço; (b) Os ativos e passivos não monetários que não se encontram registrados a valores correntes à data do balanço e as componentes do patrimônio líquido são ajustados pela aplicação dos fatores de

conversão aplicáveis; (c) Todos os itens da demonstração do resultado são reapresentados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis; (d) Os efeitos da inflação na posição monetária líquida da Companhia são apresentados na demonstração do resultado, em "Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas"; (e) Todos os saldos patrimoniais (ativos e passivos) e de resultado (receitas e despesas) devem ser convertidos pela taxa de fechamento da data da demonstração financeira mais recente. Os números comparativos das demonstrações financeiras apresentadas em moeda estável não são ajustados por alterações subsequentes no nível de preços ou taxas de câmbio. Isso resulta numa diferença inicial, decorrente da adoção inicial da contabilização de hiperinflação, entre o fechamento do patrimônio líquido do ano anterior e o saldo inicial do patrimônio líquido do ano corrente. A Companhia reconhece essa diferença decorrente da adoção inicial desta contabilização diretamente na demonstração do patrimônio líquido como "Efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação". A aplicação continua da conversão dos valores comparativos a taxas de fechamento sob IAS 21 - "Os efeitos de alterações em taxas de câmbio" e os ajustes de hiperinflação requeridos pelo IAS 29 levarão a uma diferença adicional à que surge na adoção inicial da contabilização da hiperinflação. Estas diferenças adicionais são apresentadas na demonstração do resultado abrangente dentro da rubrica "Variação cambial de operações localizadas no exterior". O saldo dos ativos não monetários atuais não monetariamente são reconhecidos ao seu valor recuperável e a diferença é reconhecida no resultado, quando uma economia deixa de ser considerada hiperinflacionária e a aplicação do CPC 42 / IAS 29 é descontinuada, os valores atualizados monetariamente passam a ser o valor contábil base para os períodos subsequentes. (j) **Turquia:** No início de 2022, o aumento da inflação na Turquia superou a taxa de inflação acumulada de 100% em três anos e de acordo com a declaração do Fundo Monetário Internacional ("FMI"), a Companhia considerou que havia evidências suficientes para concluir que a Turquia é uma economia hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29 a partir de abril de 2022 e, portanto, aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem a lira turca como moeda funcional. (k) **Argentina:** Em julho de 2018, a Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária devido a uma inflação acumulada no triênio superior a 100%, desencadeando assim a transição de contabilidade em economia hiperinflacionária. Desde 2018, o cumprimento da norma se tornou aplicável ao investimento da Companhia na Cimentos Avellaneda S.A. ("Avellaneda"), uma coligada cuja moeda funcional é o peso argentino. **5.6. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir. **5.6.1. Estimativa de valor justo:** A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Nível 2 - Informações, além de preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preço) ou indiretamente (derivados dos preços). Nível 3 - Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados não observáveis, para os quais o valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação específicas). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco (por exemplo ESG ou a falta de liquidez, entre outros) não é considerado nos preços cotados e os valores justos são determinados com base em técnicas de avaliação. Os ativos e passivos a valor justo incluem: • Preço de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; • O valor justo de swaps de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimentos adotadas pelo mercado. • O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente e • A análise de dados históricos e de dados de mercado para testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa que estão sujeitos a depreciação / amortização passiva por testes de impairment anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida como despesa na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para a avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofrem impairment, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de impairment na data do balanço. O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa, Ásia e África foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa, Ásia e África compreendem um grupo de quatro UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha, Marrocos, Turquia e Tunísia), mas o ágio não é monitorado e alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil a alocação foi feita ao negócio UGC. O processo de estim



BANCO PAULISTA S.A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa por semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa por semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação com partes relacionadas

Chamamos atenção à Nota Explicativa nº 31 e 39, as quais divulgam que no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023, o Banco realizou operações de: (i) cessão de operações de crédito sem coobrigação com a Paulista - Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A no montante de R\$ 4.621 mil, o qual produziu efeito no resultado do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 no montante R\$ 2.433 mil; e (ii) cessão de precatórios sem coobrigação com acionistas do Banco, no montante de R\$ 71.452 mil, o qual produziu efeito no resultado do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 14.444 mil, partes relacionadas, adicionalmente, subsequentes à data-base destas demonstrações, o Banco cedeu operações de créditos sem coobrigação com acionistas do Banco no montante de R\$ 15.268 mil, as quais produziram efeito do resultado de R\$ 1.764 mil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco e suas outras informações que acompanham o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a

Instituição e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas;
- Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banco a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas da auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2023

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

CRP-025.583/0-1

Rafael Dominguez Barros

Contador CRC 15P-208.108/0-1



IMARIB S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ nº 76.486.463/0001-77

As demonstrações contábeis completas referente ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: <https://www.jornalodiasp.com.br>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitida em 03/04/2023 sem modificações.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em referência à aprovação da V. Sas., o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **Mensagem da Administração:** Desde o segundo semestre de 2022 o setor madeireiro tem sido penalizado a nível mundial, devido à "ressaca" do efeito COVID, que retraiu de forma importante as compras pelos mercados Norte Americano e da China, fazendo com que a concorrência atefasse o consumo e os preços de materiais abundantes. Como consequência desse panorama, a Imarib iniciou o ano de 2023 com estoques elevados de produtos acabados. Este fato nos levou a reduzir a produção em aproximadamente 30% durante todo o primeiro trimestre. O Mercado Externo por todo o exercício de 2023, e até o momento, não tem dado sinais de melhora, portanto a área comercial direcionou todos os esforços na conquista de novos clientes no Mercado Interno. Com isso voltamos a produzir e vender nossos volumes habituais, reduzindo a participação das exportações para 46%, enquanto nos anos anteriores chegávamos a 70%. Adicionalmente a volatilidade cambial e a redução da taxa média de câmbio vêm desestimulando as exportações. Desde então nossas vendas são mais regionais, e conseguimos reputar preços melhores do que na exportação. As vendas líquidas de 2023 apresentaram queda de 14,55% quando comparadas com igual período do ano anterior. O mercado externo aos poucos está voltando. Espera-se que a partir do segundo semestre de 2024 o equilíbrio de oferta / demanda volte, e com isso os preços retornem a níveis anteriores, o que irá nos permitir voltar a recuperar as nossas margens. Apesar da crise no setor, os custos de produção não baixaram. Especialmente a tora que é o principal custo do Imarib. Demais itens que compõem nosso custo, como mão de obra e manutenção, acompanham a inflação. Apesar de todos os esforços no controle de custos diretos e indiretos tivemos aumentos. O custo de produção subiu 3% em relação ao ano anterior. Os custos fixos se mantiveram em linha com o ano anterior, apresentando uma leve queda. O lucro líquido da Companhia no exercício de 2023 foi de 143,66MM uma redução expressiva de 79,5% quando comparado com o exercício de 2022, quando o valor foi de 700,0MM, principalmente em função das equivalências patrimoniais vividas de suas controladas Nórdica Veículos S.A e a alienação de parte dos ativos industriais da IGUAÇU celulose, papel s.a. e alienação da Imarib Florestal Ltda que ocorreram em 2022. EBITDA da companhia no exercício de 2023 foi de R\$ 11,6MM, apresentando uma redução de 95,6% comparado ao mesmo período de 2022, quando o valor foi de 260,9MM, devido às alienações acima mencionadas. **Empresas Controladas / Consolidadas: Nórdica Veículos S.A. - Revenda de caminhões e ônibus - Volvo.** A companhia do mercado de veículos pesados do exercício de 2023, foi um grande desafio. Entre a incerteza econômica global e as inovações tecnológicas, as empresas enfrentaram um terreno desafiador, somado aos altos custos de financiamento e a mudança de fase do Proconve (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores). Além desses desafios, houve antecipação de compra no ano anterior, prejudicando o ano seguinte. Isso sempre ocorreu, e não foi diferente com a introdução da tecnologia dos motores Euro 6, em 2023. Vemos essa desaceleração no volume nacional de vendas de pesados em 2023 como uma questão sazonal, em virtude de toda a conjuntura do mercado, como esperado em nosso segmento, pois mal o ano começa e já se

estimava uma queda de 20% no volume de veículos pesados em relação a 2022. Quando falamos em números, no contexto regional, nosso volume total de vendas de caminhões pesados e semipreos, teve uma redução de 22,9%. Nas vendas de ônibus, em termos de volumes em 76,2% no ano de 2022 em relação ao ano de 2022, quando tivemos um crescimento de 221%. Essa busca paralisada de crescimento detona o fraco investimento do setor de transportes urbanos e rodoviários de modo geral. Nas vendas de serviços e peças, o crescimento foi de 20,4% para os serviços, e 26,7% para serviços, resultado este, fruto do aumento da frota circulante ocorrida nos últimos anos, somado ao bom desempenho do agronegócio e de alguns setores da indústria, aliados à adoção de novas formas de relacionamento com os clientes, resultando em agilidade e melhorias no agendamento de serviços e atendimento. Temos confiança de que, com a redução das taxas de juros, reaquecimento do investimento nas indústrias, estabilidade no preço das commodities no mercado externo, e a performance do agronegócio, voltaremos a crescer na participação de mercado nos próximos meses com mais inovação e eficiência, além de um pós-venda ágil e atuante em nosso segmento. Apesar do recuo das vendas de caminhões e ônibus, em questão de volumes, em parte compensado com o incentivo à venda de peças, serviços e produtos afins, o lucro líquido de 2023 foi de 8,19% sobre vendas líquidas, maior que no ano anterior 2022, que foi de 7,86%. Isso demonstra que a organização apesar das dificuldades se empenhou para entregar melhor rentabilidade. As decisões estratégicas, no sentido de reduzir custos e despesas, aliadas a uma gestão de transparência, agilidade e qualidade, têm sido fundamentais para superar as adversidades e focar na qualidade e na satisfação dos nossos clientes. Reduzimos os custos e despesas, e como resultado, as despesas gerais e administrativas que em 2022 perfaziam 5,08% da receita operacional líquida, passaram em 2023 a representar 4,79%, fruto da continuidade de uma administração cuidadosa no controle orçamentário. **Investimentos:** Os investimentos do grupo Imarib previstos para 2024 estarão direcionados à manutenção e modernização da capacidade produtiva dos negócios de madeira beneficiada, e na revenda de caminhões e ônibus VOLVO, bem como à redução de custos, sempre buscando a melhoria contínua de seus negócios para permanecer ofertando produtos com qualidade e confiabilidade requeridas pelos seus clientes. **Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições legais pertinentes, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes, emitido em 04 de março de 2024, além das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os quais foram perfeitamente aprovados em reunião de Diretoria de 05 de março de 2024. **Agradecimento:** A Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, fornecedores, representantes, instituições financeiras, órgãos governamentais, acionistas e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como a equipe de colaboradores pela dedicação e o trabalho árduo focados na busca de superação e criação de valor para os nossos negócios, melhorando a performance das companhias e trazendo os benefícios para toda a comunidade. Curitiba, 05 de março de 2024. A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2.023	2.022	2.023	2.022		2.023	2.022	2.023	2.022
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes em caixa	10.139	4.181	10.254	4.273	Fornecedores e contas a pagar	6.157	9.881	114.181	119.953
Aplicações financeiras	2.966	29.339	142.656	129.834	Obrigações trabalhistas e sociais	2.824	2.255	9.998	8.351
Clientes	9.575	13.548	80.936	94.728	Obrigações tributárias	3.352	2.444	19.244	19.694
Estoques	14.630	17.332	184.272	170.897	Adiantamentos de clientes	17	-	1.705	3.869
Adiantamentos a fornecedores	113	307	6.883	737	Passivo de arrendamento	-	-	1.019	1.190
Tributos a recuperar	28.751	42.716	60.384	68.717	Outras obrigações	962	177	2.257	1.213
Dividendos e JCP a receber	13.873	25.809	-	-	Total do passivo circulante	13.312	14.792	147.504	154.470
Escrow venda de ativos	65.107	88.517	65.107	88.517	Passivo de arrendamento	-	-	140	954
Outros créditos	408	461	1.466	508	Tributos diferidos	48.369	37.408	61.281	50.520
Total do ativo circulante	145.562	221.710	551.958	558.211	Provisão para litígios	57.582	66.826	58.077	67.631
ATIVO NÃO CIRCULANTE					Outras obrigações	-	-	-	1.036
Clientes	-	-	3.497	-	Total do passivo não circulante	105.951	104.234	119.498	120.141
Tributos a recuperar	947	893	947	893	TOTAL DO PASSIVO	119.263	118.991	267.002	274.611
Depósitos judiciais	83	292	83	303	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Despesas antecipadas	3	29	3	29	Capital social	81.348	81.348	81.348	81.348
Precatórios a receber	29.667	29.667	29.667	29.667	Reserva de capital	1.159	1.159	1.159	1.159
Escrow venda de ativos	48.945	55.226	48.945	55.226	Reservas de reavaliação	3.407	3.407	3.407	3.407
Outros créditos	605	-	964	359	Reservas de incentivos fiscais	12.818	10	12.818	10
Investimentos	80.250	86.107	84.106	86.477	Reserva legal	16.270	16.270	16.270	16.270
Ativo biológico	343.199	262.850	10	10	Reserva de ativo biológico	70.954	51.058	70.954	51.058
Imobilizado	104.497	111.363	184.062	190.816	Reserva de lucros a realizar	429.180	439.250	429.180	439.250
Direito de uso	-	-	1.092	2.104	Ajuste de reavaliação patrimonial	78.923	79.524	78.923	79.524
Intangível	-	-	14	46	Total do patrimônio líquido	690.652	672.026	690.652	672.026
Total do ativo não circulante	584.103	483.200	321.509	301.549	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	809.915	791.017	957.654	946.637
TOTAL DO ATIVO	664.353	569.307	405.696	388.426					
	809.915	791.017	957.654	946.637					

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital		Reservas		Reserva de Ajuste Patrimonial		Total	Participação dos não controladores	Total	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros a realizar	Reserva de ativo biológico				Reservas de reavaliação
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	81.348	1.159	10.762	10	439.250	51.058	3.407	79.524	(289)	672.026
Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo atribuído reflexo da alienação de participação em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos s/ custo atribuído reflexo da alienação de participação em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação controladas e coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização dos tributos diferidos sobre reservas de reavaliação controladas e coligadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização dos tributos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva correção monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização tributos diferidos sobre correção monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização tributos diferidos sobre reserva ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros s/ capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (artigo 193, Lei nº 6.404/76)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar (artigo 197, Lei nº 6.404/76)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de ativos biológicos (artigo 197, Lei nº 6.404/76)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	81.348	1.159	16.270	10	439.250	51.058	3.407	79.524	(289)	672.026
Realização do custo atribuído em controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização dos tributos diferidos sobre custo atribuído	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização dos tributos diferidos sobre reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva correção monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização tributos diferidos sobre correção monetária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização tributos diferidos sobre reserva ativo biológico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais reflexa Nordica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros a realizar (artigo 197, Lei nº 6.404/76)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de ativos biológicos (artigo 197, Lei nº 6.404/76)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	81.348	1.159	16.270	12.818	429.180	70.954	3.407	79.524	(289)</	



ARMAC LOCAÇÃO, LOGÍSTICA E SERVIÇOS S.A.

CNPJ nº 00.242.184/0001-04

Prozados acionistas.

A Administração da Armac Locação, Logística e Serviços S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 27 de março de 2024.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2023		31/12/2022		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	254.405	938.358			Fornecedores	14.1	36.176	116.768		
Aplicações financeiras	7	475.190	-			Fornecedores convênio	14.2	360.128	167.472		
Contas a receber de clientes	8	325.596	237.500			Empréstimos e financiamentos	15	261.370	56.580		
Estoques	9	58.525	34.911			Arrendamento mercantil de direito de uso	12.2	8.505	5.138		
Tributos a recuperar	10	33.322	68.330			Obrigações sociais e trabalhistas	15.2	54.575	35.682		
Outros ativos	11	42.898	11.610			Obrigações tributárias		9.313	5.822		
Total do ativo circulante		1.187.936	1.290.609			Parcelamentos de tributos		171	154		
						Contas a pagar por aquisição de empresas	2	1.959	3.519		
						Outras contas a pagar		15.654	1.915		
						Total do passivo circulante		747.854	393.050		
Ativo não circulante						Passivo não circulante					
Depósitos judiciais		1.855	1.464			Empréstimos e financiamentos	15	1.788.717	2.008.093		
Outro ativo	11	28.040	640			Arrendamento mercantil de direito de uso	12.2	78.128	70.012		
Imobilizado	12	2.639.478	2.313.223			Contas a pagar por aquisição de empresas	2	16.128	14.205		
Tributos a recuperar	13	125.418	125.039			Parcelamentos de tributos		213	344		
Intangível						Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	16	166	722		
Total do ativo não circulante		2.794.791	2.440.366			Tributos diferidos	19.2	121.579	86.208		
						Total do passivo não circulante		2.004.931	2.179.404		
Total do ativo		3.982.727	3.730.975			Patrimônio líquido					
						Capital social	18	1.004.034	1.004.034		
						Gastos com emissão de ações	18	(45.072)	(45.072)		
						Reserva de capital	18	135.008	130.167		
						Reserva de lucros	18	140.794	77.511		
						Reserva de lucros	18	(4.822)	(8.119)		
						Total do patrimônio líquido		1.229.942	1.158.521		
						Total do passivo e do patrimônio líquido		3.982.727	3.730.975		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL	Nota Explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
(-) Custos dos serviços prestados	21	1.360.967	951.754	(734.137)	(504.134)
(=) Lucro bruto		626.830	447.620		
Despesas operacionais					
(-) Administrativas e comerciais	21	(171.743)	(127.307)		
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro		455.087	320.313		
(+) Receitas financeiras	22	99.056	126.974		
(-) Despesas financeiras	22	(355.307)	(279.296)		
(=) Resultado financeiro líquido		(256.252)	(152.322)		
(=) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		198.835	167.991		
Imposto de renda e contribuição social		(35.552)	(19.399)		
(-) Corrente	19	-	(6.080)		
(-) Diferido	19	(35.552)	(13.319)		
(=) Lucro líquido do exercício		163.283	148.592		
Lucro básico por ação (em R\$)	23	0,47	0,43		
Lucro diluído por ação (em R\$)	23	0,47	0,43		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do exercício	31/12/2023		31/12/2022	
		163.283		148.592
Resultado abrangente do exercício		163.283		148.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	Nota Explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
Ajustado por:					
Depreciação e amortização	12, 13 e 21	185.652	137.166		
Bonificações em mercadorias		(3.749)	(8.005)		
Custo residual na baixa de ativos desmobilizados	12.1 e 21	81.661	37.613		
Plano de pagamento baseado em ações		4.841	4.835		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		10.873	5.266		
Encargos sobre arrendamento direito de uso	12.2	10.339	5.776		
Desconto financeiro por antecipação de contas a pagar de controlada		-	(3.222)		
Atualização monetária sobre contas a pagar de aquisição de empresas		2.231	3.639		
Juros de fornecedor convênio	14.2	33.165	-		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15.3	303.979	256.832		
Rendimento de aplicações financeiras		(32.074)	-		
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	16	(556)	-		
Outras (receitas) despesas operacionais		-	43		
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		(98.969)	(72.267)		
Estoques		(21.714)	(9.507)		
Tributos a recuperar		35.008	(35.269)		
Depósitos judiciais		(391)	(580)		
Outros ativos		(54.939)	(3.902)		
Fornecedores		(80.592)	67.185		
Obrigações sociais e trabalhistas		18.896	14.771		
Obrigações tributárias		3.491	424		
Outras contas a pagar		13.625	(351)		
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos	15.3	(282.115)	(232.727)		
Juros sobre arrendamento de direito de uso pagos	12.2	(10.339)	(5.776)		
Juros pagos fornecedores convênio	14.2	(14.044)	-		
Aquisição de ativos imobilizados	12.1	(177.239)	(1.017.461)		
Imposto de renda e contribuição social pagos no período	19.1	-	(6.080)		
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		125.875	(693.606)		
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	7	(443.117)	1.666.085		
Aquisição de ativos intangíveis	13.2	(8.945)	(4.912)		
Contas a pagar por aquisição de empresas	2	(1.868)	(84.473)		
Assunção de caixa de incorporada		-	(1.406)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(453.930)	1.575.294		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	15.3	-	778.554		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	15.3	(36.450)	(611.810)		
Pagamento de arrendamento de direito de uso	12.2	(6.560)	(5.914)		
Pagamento fornecedor convênio	14.2	(216.185)	-		
Ações em tesouraria	18	3.297	(8.119)		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital	18	(100.000)	(99.483)		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		(683.958)	53.228		
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(683.958)	934.916		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		938.358	3.442		
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		254.405	938.358		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Resumo das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais: A Armac Locação, Logística e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Armac") é uma sociedade por ações de capital aberto, cujas ações são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento de governança corporativa Novo Mercado, sob o código ARM3L3, sediada no município de Barueri, SP, cuja principal atividade operacional baseia-se na locação de máquinas, veículos e equipamentos para carga, descarga e manipulação de materiais agrícolas, de mineração, de construção, entre outros, oferecendo assim um portfólio completo de soluções, com alto padrão de qualidade e tecnologia para atender às necessidades de clientes dos mais variados portes e segmentos de atuação em todas as regiões do Brasil. Durante o exercício de 2022, a Companhia incorporou as controladas RCB Locação de Equipamentos e Máquinas Ltda. ("RCB") e Bauko Equipamentos de Movimentação e Armazenagem S.A. ("Bauko"), através de Assembleia Geral Extraordinária. As incorporações não resultaram em aumento do capital social nem emissão de novas ações pela Armac. **2. Aquisições e Incorporações:** Em 14 de janeiro de 2022 e em 18 de novembro de 2022, foram aprovadas as incorporações da RCB e Bauko, respectivamente, através de Assembleia Geral Extraordinária. As incorporações não resultaram em aumento do capital social nem emissão de novas ações pela Armac. Os ativos líquidos, bem como os valores a pagar aos vendedores das empresas incorporadas em 31 de dezembro de 2023 são R\$ 27.981 e R\$ 1.959, respectivamente (R\$) e R\$ 241.489 e R\$ 128, respectivamente (Bauko). **3. Base de Elaboração das Demonstrações Financeiras: a) Declaração de conformidade e relevância.** - As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e em conformidade com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A Administração aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a Orientação Técnica OCPQ 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações contábeis na tomada de decisões, bem que os requerimentos mínimos existentes devam de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **b) Base de elaboração.** - As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia possui recursos adequados e suficientes para cumprir suas obrigações de pagamentos. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e do ambiente econômico no qual a Companhia atua. **c) Uso de estimativas e julgamentos.** - Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos (exceto aqueles que envolvem estimativas) que tenham um impacto significativo sobre os valores reportados e elaborar estimativas e premissas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão descritas na nota explicativa nº 4, juntamente com as principais políticas da Companhia, e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas e premissas são revisadas continuamente e os efeitos identificados são reconhecidos no mesmo exercício da revisão, se afetar apenas esse exercício e em exercícios posteriores se estes também forem afetados. **d) Políticas Contábeis Materiais: a) Receita de contratos com clientes.** - A receita é reconhecida na demonstração do resultado, de acordo com a norma, quando a obrigação de desempenho relacionada for satisfetida, devendo ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e deve ser reconhecida, quando todos os critérios a seguir forem atendidos: • Quando as partes do contrato aprovarem o contrato (por escrito, verbalmente ou de acordo com outras práticas usuais de negócios) e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; • Quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da Companhia não se modifiquem como resultado do contrato); • Quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos; • Quando a Companhia puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; • Quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. **b) Receita de locação e prestação de serviço.** - A locação de máquinas, equipamentos, caminhões, e plataformas elevatórias, com ou sem cessão de mão de obra, que viabilizam as demandas técnicas para atender às necessidades de clientes do agronegócio, infraestrutura, mineração, entre outros setores, é a principal receita operacional da Companhia. As faturas são emitidas no final do mês corrente, após a prestação de serviço e os pagamentos são realizados em período subsequente à sua emissão. A receita é reconhecida ao longo do tempo do contrato, conforme a utilização das máquinas e equipamentos pelo cliente. **c) Receita de venda de ativos.** - A receita de venda de ativos (máquinas, equipamentos e caminhões) é uma atividade acessória e complementar à atividade de locação de equipamentos. A Companhia vende seus equipamentos através principalmente de plataformas de anúncios para divulgação dos ativos. A receita de venda de ativos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. A liquidação dessa venda é realizada a vista, no vencimento da fatura. **d) Caixas e equivalentes de caixa.** - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, que são reconhecidas em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, com vencimentos inferiores a 90 dias. **e) Aplicações financeiras.** - Registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, que não excedem seu valor justo ou de realização. Possuem carência de resgate superior a 90 dias da data da contratação, com risco de mudança de valor se resgatadas antecipadamente. **f) Contas a receber e provisão para perdas de créditos esperadas.** - As contas a receber de clientes correspondem aos recebíveis pela prestação de serviços de aluguel de equipamentos, prestação de serviços e venda de ativos e estão registradas aos valores nominais das faturas e deduzidas da provisão para perdas de créditos esperadas. Essa provisão para perdas é estimada considerando dados históricos, ajustados pelas informações acerca do futuro, baseadas nas análises de deterioração de riscos de créditos dos clientes monitoradas pela área de crédito e cobrança. A Companhia utiliza dois critérios para a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas: (i) inicialmente concentra suas análises nos recebíveis com atrasos superiores a 120 dias, e (ii) clientes em que a Administração decidiu retirar os equipamentos locados devido à inadimplência. Posteriormente, é efetuada uma análise adicional, caso a caso, em que recebíveis podem ser incluídos ou excluídos com base no melhor julgamento da Administração da qualidade do crédito e possibilidade de recuperação. A Companhia avalia também, para fins de provisão, a possibilidade de perdas futuras de sua carteira, considerando o mercado em que atua, seus clientes, condições contratuais e perdas históricas. **g) Estoques.** - Mensurados pelo custo de aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques são valorizados ao custo médio ponderado e deduzidos das perdas estimadas, quando aplicável. **h) Custos antecipados de projetos.** - Incluem custos iniciais aplicados em projetos de maior porte, que envolvem a preparação do local e das máquinas a serem utilizadas, custos de contratação de mão de obra e que ocorrem antes do início efetivo de prestação de serviço aos clientes. Uma vez em operação, estes custos são amortizados com base no tempo de duração do contrato. **i) Imobilizado - Reconhecimento e mensuração.** - O custo dos itens de imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, bem como os custos diretos para disponibilizar os ativos no local e em condições necessárias para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. O custo de ativos construídos pelas próprias Companhias inclui o custo de materiais e mão de obra direta. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. **Custos subsequentes.** - São capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos incorporados no componente fluirão para a Companhia e suas controladas e seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção recorrentes são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **Depreciação.** - Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é aprovada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos itens e aplicada sobre o valor do custo ajustado por eventuais valores residuais. É geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que as Companhias obterão a propriedade do bem no fim do prazo de

arrendamento. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado da Companhia são: • Beneficiários em imóveis de terceiros - com base no contrato de locação; • Direito de uso em arrendamento - com base no contrato de locação; • Máquinas e veículos para locação - 15 a 20 anos; • Veículos e equipamentos de apoio - 10 a 15 anos; • Móveis e utensílios e equipamentos de informática - 5 a 10 anos. A vida útil estimada, bem como os valores residuais e métodos de depreciação e amortização dos bens do imobilizado, são revisados anualmente pela Companhia e suas controladas e os efeitos de eventuais mudanças nas estimativas são registrados prospectivamente. **j) Intangível.** - Ativos intangíveis com vida útil definida e requeridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável, as quais são avaliadas anualmente. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **k) Direito de uso e arrendamentos.** - Direito de uso de imóveis é representado pelo valor presente do fluxo de pagamento de aluguéis fixos ou mínimos nos contratos de arrendamento dos imóveis, páteo, depósito e escritórios da Companhia. Na data de início do arrendamento é reconhecido um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os ativos são mensurados inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas mensurações do passivo de arrendamento. A taxa de depreciação utilizada pela Companhia corresponde ao prazo do contrato de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de desconto mensurada e ajustada à realidade da Companhia ("spread" de crédito). A Administração utiliza-se de premissas relevantes na determinação da taxa de desconto para a mensuração do valor presente dos pagamentos de seus arrendamentos. **l) Redução ao valor recuperável ("impairment").** - A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é efetuado o teste de "impairment", considerando o nível de Unidade Geradora de Caixa - UGC, que, no caso da Companhia são as máquinas e equipamentos, e é estimado o valor recuperável destes ativos, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment"). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração não identificou indicadores de que os ativos imobilizados e intangíveis devam apresentar "impairment". **m) Instrumentos financeiros - Ativos financeiros:** A classificação de um ativo financeiro segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual este ativo é gerenciado e em suas características e fluxos de caixa contratuais. É efetuada no momento do seu reconhecimento inicial e deve considerar a sua forma de mensuração posterior, ou seja, pelo custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA") ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente: **Ativos financeiros mensurados a custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a análise

Rolex 6 Horas de São Paulo

Retorno do FIA WEC - Uma Fusão de Velocidade, Cultura e Sustentabilidade

A Praça das Artes – um complexo cultural no centro de São Paulo, Brasil – sediou uma coletiva de imprensa especial do Campeonato Mundial de Endurance da FIA na segunda-feira, 25 de março, antes das tão esperadas Rolex 6 Horas de São Paulo (14 de julho).

O evento, que pronuncia o grandioso retorno à pista de Interlagos após uma década de espera, reuniu mais de 200 espectadores, entre eles, o Prefeito Ricardo Nunes, os pilotos Augusto Farfus (Team WRT) e Nicolas Costa (United Autosports), além de uma notável presença de autoridades, empresários e figuras do entretenimento.

Orquestrada pelo ex-piloto de F1 Tarso Marques e pela apresentadora de TV Fernanda Faveron, a coletiva se desdo-

brou em uma série de espaços distintos na Praça das Artes, incluindo uma área aberta ao público. Neste espaço, foi oferecida uma transmissão simultânea do evento, permitindo que passantes se engajassem com a programação, que incluía desde exibições cinematográficas relacionadas ao automobilismo até a oportunidade de experimentar um simulador de corrida. O momento permitiu uma interação íntima entre pilotos e fãs, antecipando a emoção que tomará conta de Interlagos.

Reafirmando o compromisso da cidade com o WEC por no mínimo cinco anos, o prefeito Nunes expressou seu entusiasmo com o retorno das corridas de endurance a São Paulo. O presidente da ACO, Pierre Fillon, invocou o espírito e a história

das 24 Horas de Le Mans, enquanto o CEO do FIA WEC, Frederic Lequien, destacou a colaboração com instituições culturais locais, como a Fundação do Theatro Municipal que inclui a Orquestra Experimental de Repertório e a Escola de Dança de São Paulo.

Essas instituições pretendem elevar a cerimônia de abertura das 6 Horas Rolex de São Paulo com apresentações que incluem orquestra experimental, coro e balé, como demonstrado durante a abertura da coletiva de imprensa.

Num aceno à sustentabilidade, Frederic Lequien revelou o troféu deste ano para a Rolex 6 Horas de São Paulo - um esforço criativo do renomado artista de rua brasileiro, Mundano. O troféu foi elaborado exclusivamente a partir de resíduos coleta-



Frederic Lequien (FIA WEC), Prefeito Ricardo Nunes e Pierre Fillon (ACO)

dos pela cidade. Esta iniciativa não só enfatiza a inovação e a criatividade envolvidas, mas também estabelece um compromisso

ambiental para as futuras edições da prova, onde serão criados troféus a partir dos resíduos gerados no evento do ano anterior.

A Rolex 6 Horas de São Paulo promete ser mais que uma competição automotiva; está prestes a transformar-se num verdadeiro festival cultural e desportivo. Com fan zone repleta de diversão para todas as idades e show exclusivo do famoso cantor Michel Teló, o evento transcende a velocidade para se tornar uma celebração da cultura brasileira.

A experiência será enriquecida por atrações como a roda gigante de Le Mans, áreas de jogos, uma praça de alimentação diversificada e uma exposição de carros antigos. Todos esses elementos ajudarão a garantir que a MaisBrasil, organizadora do evento, proporcione uma experiência imersiva e inesquecível para os entusiastas do automobilismo e da cultura.

Osasco São Cristóvão Saúde recebe o Pinheiros na abertura do playoff da Superliga

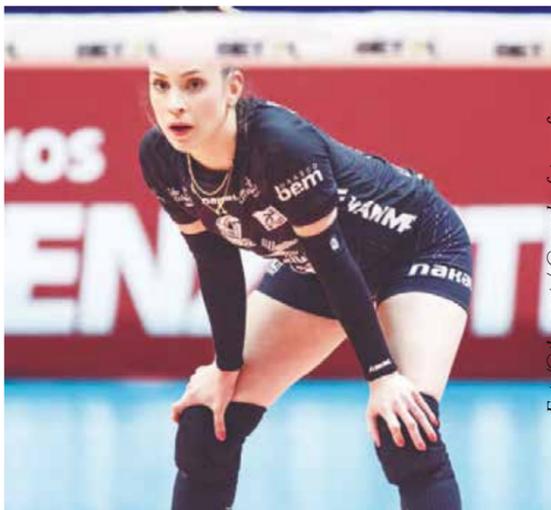


Foto: @carol_fotografia

Osasco São Cristóvão Saúde abre sua participação nos playoffs da Superliga Bet7K nesta quarta-feira (27), diante de sua torcida. Camila Brait, Butler, Giovana, Lorene, Tiffany e cia. recebem o Pinheiros, a partir das 21h, no ginásio José Liberatti para o primeiro jogo da série melhor de três das quartas de final. A partida terá transmissão do SporTV 2 e do Canal Vôlei Brasil. A página oficial do clube no Youtube, a Osasco Vôlei TV, também fará a cobertura, mas sem imagens (os direitos são reservados aos canais de TV por assinatura).

Vice-líder da fase de classificação, Osasco encara o sétimo

A líbero e capitã Camila Brait

classificado na primeira fase. O objetivo é fazer valer a força de abrir o playoff em casa, conquistar a vitória e tentar fechar a série em 2 a 0, no sábado, em São Paulo. Caso seja necessário o terceiro confronto para desempate, será novamente no ginásio osasquense, na próxima quarta-feira (3/4). “Agora é como se fosse o início de um novo campeonato. Graças a campanha que construímos, temos a vantagem de decidir em nossa quadra. E vamos com tudo para começar com o pé direito”, comenta Camila Brait.

O retrospecto do confronto é favorável às osasquense, que venceu todos os confrontos disputados contra o Pinheiros. Os dois times se enfrentaram duas vezes na fase de classificação,

com vitória das comandadas do técnico Luizomar por 3 sets a 0 e 3 a 2. O duelo desta quarta também repete a decisão do Campeonato Paulista, quando Osasco conquistou o título pela 17ª vez, após duas vitórias consecutivas no playoff, ambas pelo placar 3 a 0.

“Nós conhecemos bem o time delas e elas também nos conhecem bem. Sabemos que nunca é simples enfrentar o Pinheiros e agora é mata-mata. Não podemos e não vamos dar bofeira. Fizemos uma grande fase classificatória, evoluímos e estamos mais unidas do que nunca, focadas no objetivo de chegar à final. Treino e estudo não faltou. Agora é entrar em quadra e colocar tudo em prá-

tica”, completa Tiffany.

Coletivo + individual - A força do conjunto e o entrosamento entre as atletas se reflete tanto nos números da equipe - foram 18 vitórias em 22 rodadas, a segunda melhor campanha da temporada - como em desempenhos individuais. Segundo as estatísticas da Superliga, Brionne Butler é a atacante mais eficiente. A central norte-americana tem 55% de eficiência ofensiva. Tiffany também é destaque no ataque. A ponteira é a terceira maior pontuadora, com 387 acertos no total e média de 4,72 pontos por set. No fundo de quadra, Camila Brait aparece como vice-líder no fundamento passe, com 65% de aproveitamento na recepção.

Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis atrai grande número de participantes

A quinta edição do Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis promete ser, mais uma vez, um sucesso. A etapa, marcada para dia 14 de abril, na Praia dos Ingleses, tem tudo para se tornar uma atração da temporada. Com cerca de 1900 inscritos, o evento já superou o número de inscritos de todas as edições realizadas, confirmando sua condição de ser uma das provas mais procuradas pelos atletas. A expectativa é de receber um grande número de pessoas no IRONMAN Village, montado na Oceania Park Hotel, incluindo atletas, familiares, amigos e fãs do esporte ao longo do fim de semana.

Quem confirma isso é a Opa-

latur, agência de turismo oficial da competição. “É, sem dúvida, um dos eventos do IRONMAN 70.3 mais procurados, senão o mais procurado. Estamos trabalhando com três hotéis, e todos com vagas esgotadas. Temos muitas famílias programadas para a etapa de abertura”, destaca Gabriel Galastri, responsável pelo Comercial e Marketing.

Triatletas e suas famílias, aliás, terão uma série de atrações na Ilha da Magia. Seja antes ou depois da participação, há diversas opções e atrativos muito interessantes para quem estiver no Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis.

“Nós fazemos algumas su-



Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis

gestões com opções gastronômicas e culturais. São elas a Ponte Hercílio Luz, com o Parque da Luz, Armazém Santa Rita, o bairro Santo Antonio de

Lisboa, com os restaurantes Amalfi, Rosso e Marisqueira Sinta Praça Roldão Rocha Pires, Feira das Alfaías, Igreja Nossa Senhora das Necessida-

des, entre outros”, completa Gabriela.

Essa procura expressiva e a presença de mais pessoas na cidade acabam refletindo de forma muito positiva na movimentação financeira provocada pelo evento. Afinal, mobiliza a rede hoteleira, restaurantes e bares, pontos turísticos e a comunidade local de forma geral com a geração de empregos temporários. No ano passado, ela girou em torno de 15 milhões de reais, número que também tem tudo para ser superado.

A prova de abertura ainda classificará atletas para o IRONMAN 70.3 World Championship 2024 em Taupo, na Nova Zelândia. Além das 30

vagas já garantidas destinadas aos atletas das categorias Faixa Etária Masculina e Feminina, a Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis ainda oferecerá mais 15 vagas dedicadas exclusivamente às mulheres, com o objetivo de aumentar a participação feminina nos eventos mundiais.

O Itaú BBA IRONMAN 70.3 Florianópolis é organizado pela Unlimited Sports, com Tile Sponsor Itaú BBA, patrocínio de Track Field, SOS Cardio, Omint e Heineken, com patrocínio de Dux, Doozy Sports, Boali, OakBerry, Governo de Santa Catarina, Prefeitura de Florianópolis e apoio de Paçoquita e Sococo. Mais informações no site oficial, www.ironmanbrasil.com.br

Barueri sedia Prova Ranking Paulista de Ciclismo no dia 31

A programação da Federação Paulista de Ciclismo segue em ritmo acelerado. A próxima atração será a prova Ranking Paulista de Estrada, em comemoração aos 75 anos da cidade de Barueri, na Região Metropolitana de São Paulo, programada para o dia 31 de março. A disputa será válida pela ranking estadual Classe CEE para todas as categorias, e acontecerá no circuito montado na Avenida Exército Brasileiro, no Jardim Silveira.

A competição será aberta a todos ciclistas de 31 categorias de idades, com inscrição gratuita. As inscrições serão

realizadas somente online, pelo link <https://seapp.link/75barueri>, até o dia 29 de março. O ciclista poderá se inscrever em apenas uma categoria. A competição ainda terá a categoria Ciclismo para Todos, reservada exclusivamente a moradores de Barueri. Estes deverão levar comprovante de residência em seu nome no dia da retirada de kit.

A prova ainda dará premiação em dinheiro para os cinco mais bem colocados da categoria Elite, no masculino e feminino, além de vencedores da Sub 23 dos dois gêneros. A divisão no masculino, está as-

sim: 1. R\$ 1200,00; 2. R\$ 1000,00; 3. R\$ 800,00; 4. R\$ 600,00; e 5. R\$ 400,00; e uma Meta Sprinter R\$ 500,00. Já na Elite feminino é a seguinte: 1. R\$ 1000,00; 2. R\$ 800,00; 3. R\$ 600,00; 4. R\$ 400,00; e 5. R\$ 200,00; e uma Meta Sprinter R\$ 500,00. Os vencedores do Sub 23 masculino e feminino receberão R\$ 500,00 cada.

A programação oficial prevê cinco baterias, a partir das 7h30 da manhã. O circuito será o mesmo da prova de GP Barueri no ano passado, com extensão de 3 km e as categorias de base utilizarão o percurso menor e sem subidas. Mais deta-

lhes no Regulamento disponível no link de inscrição.

A disputa é para atletas filiados. As filiações para 2024 podem ser feitas direto no site oficial, www.fpciclismo.com.br ou nos links <https://cbc.bigmidia.com/cadastroExterno/atleta> (novo atleta) e <https://cbc.bigmidia.com/site/login> (atleta já filiado).

A Prova Ranking Paulista de Estrada em comemoração aos 75 anos da cidade de Barueri tem organização e promoção da Federação Paulista de Ciclismo, com apoio da Prefeitura de Barueri. Mais informações no site www.fpciclismo.org.br



Prova Ranking Paulista de Ciclismo